

# Acção Socialista



Nº 1265 20 Junho 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

[www.accaosocialista.pt](http://www.accaosocialista.pt) ■ [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)

## Aposta nos portugueses

### PLANO NACIONAL DE LEITURA

### PLANO DE ACÇÃO PARA A MATEMÁTICA



Entrevista 10

**João Ferrão:**  
"O ordenamento do território estava um caos"

Visita a França 13

**Sócrates apela**  
ao investimento da diáspora em Portugal

Administração Pública 3

**Mobilidade é fulcral** para modernização do Estado

Obras em edifícios arrendados 20

**Nova lei das rendas** aguarda aprovação do Parlamento

Federações 18

**Lista dos Secretariados** recém-eleitos

[www.ps.pt](http://www.ps.pt) Aconteceu, já é notícia.





JORGE SEGURO  
SANCHES  
Director

## Sempre as pessoas

A RECENTE aprovação pelo Governo dos Planos Nacional de Leitura e de Acção para a Matemática correspondem claramente à acção de aposta na qualificação das pessoas pelo Partido Socialista.

Em momentos em que agenda mediática parece quase exclusivamente dominada pela economia, ou até pelas finanças públicas, o Governo do PS não esquece, como nunca o fez, que as pessoas estão primeiro. Ao contrário de outros, para o PS as questões económicas não são tudo: o combate às desigualdades e a qualificação dos portugueses são questões a sublinhar e a lembrar na agenda política.

Até mesmo sob um ponto de vista macroeconómico, a qualificação dos recursos humanos é decisiva para a agenda de crescimento do PS, reafirmada pela aprovação e implementação do Plano Tecnológico. Com efeito, o atraso de desenvolvimento do país é também, e especialmente, um défice de qualificações.

O Plano Nacional de Leitura, o Plano de Ac-

Em momentos em que agenda mediática parece quase exclusivamente dominada pela economia, ou até pelas finanças públicas, o Governo do PS não esquece, como nunca o fez, que as pessoas estão primeiro

ção para a Matemática, o Programa de Generalização do Ensino de Inglês no ensino básico, bem como o Programa Novas Oportunidades são exemplos fortes da aposta que o Governo do PS está a fazer na recuperação do atraso educativo português.

Num mundo cada vez mais globalizado e competitivo a vida dos portugueses vai ser cada vez mais determinada pelas suas competências e pelas suas qualificações. A aposta do Executivo socialista na educação e na formação é o maior investimento que Portugal pode fazer no seu futuro.

Este é o caminho para podermos aumentar a qualidade de vida, criando empregos de qualidade, de forma a nos aproximarmos dos países mais desenvolvidos da União Europeia.

É este o rumo que o PS propôs aos portugueses em Fevereiro de 2005, um rumo de retoma no crescimento da nossa economia mas mobilizador da capacidade dos portugueses para enfrentar dificuldades e rasgar novas fronteiras.

### Perestrello e Calha reúnem com presidentes das federações



OS SECRETÁRIOS nacionais do PS para a Organização e Autarquias, respectivamente, Marcos Perestrello e Miranda Calha, vão reunir no próximo dia 22, pelas 18 horas, no Largo do Rato, com os presidentes das federações do nosso partido. Da agenda do encontro fazem parte a análise da situação política, aspectos internos da organização do partido e a política autárquica.

Entretanto, o dirigente socialista Marcos Perestrello tem vindo a realizar reuniões com os Secretariados federativos recentemente eleitos, com o objectivo de preparar formas de articulação entre o Secretariado Nacional e os secretariados das federações, bem como analisar questões internas do partido com vista ao próximo Congresso Nacional. Estas reuniões têm tido lugar nas sedes distritais.

## Vale do Ave tem de mudar modelo de desenvolvimento

### COLÓQUIO

A IDEIA de que o Vale do Ave se apresenta como uma zona de grandes potencialidades necessitando, no entanto, de políticas e projectos inovadores no domínio tecnológico e da formação profissional que o ajudem a recuperar a dinâmica de outrora foi a nota dominante das intervenções feitas no colóquio "Vale do Ave: região de oportunidades", realizado em Guimarães, uma iniciativa dos deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Braga.

O presidente da Câmara Municipal de Braga, António Magalhães, e o deputado do PS Miguel Laranjeiro abriram os trabalhos do colóquio, que contou com a presença de destacadas personalidades dos mais variados sectores de actividade.

António Magalhães alertou os presentes para a grave situação em que "vai cair" a região do Vale do Ave, já que, adiantou, até ao final do ano, dos 12 mil desempregados registados, "4600 ficarão sem subsídio de desemprego", um número que poderá subir para 10 mil em 2008. Já Miguel Laranjeiro disse que existe na região "uma massa crítica exigente e que inova", onde o pólo universitário surge como uma via para o desenvolvimento. Por isso, disse, é urgente "cortar



o ciclo vicioso que nos amarra", nomeadamente combatendo os elevados índices de abandono escolar.

As "políticas públicas para a região, nacionais e comunitárias" deram o mote para o primeiro painel a ser abordado, que contou com a participação de António Figueiredo, da Qaurtenaire Portugal, Castro Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e da AMAVE, e da eurodeputada socialista Elisa Ferreira. Neste painel foi salientada a necessidade de uma forte aposta na

inovação que permitirá às empresas da região dar a volta por cima, bem como de políticas activas de formação profissional.

No segundo painel subordinado ao tema "Qualificações com futuro. Futuro com qualificações", participaram António José Seguro, deputado do PS e presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, Fernando Medina, secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional e Olívia Santos Silva, coordenadora de Educação e Formação de Adultos da DREN.

Nota comum às intervenções foi um diagnóstico muito sombrio da região no que toca à baixa qualificação profissional dos trabalhadores e as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar, uma situação que urge inverter através de uma aposta na educação e formação de adultos.

A sessão encerrou com as intervenções de Joaquim Barreto, presidente da Federação socialista de Braga, e de Alberto Martins, líder do Grupo Parlamentar do PS. Joaquim Barreto congratulou-se com a iniciativa e com a excelência das intervenções registadas, enquanto Alberto Martins disse levar para Lisboa a ideia de que o Vale do Ave "é uma região capaz de inovação e risco e que está a precisar de mudar o seu modelo de desenvolvimento".



# Mobilidade é fulcral para modernização do Estado

## REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**O Governo do PS avança, determinado, com a agilização de dois importantes instrumentos para a reforma da Administração Pública: a nova lei da mobilidade dos funcionários do Estado e o novo regime geral de extinção, fusão, reestruturação de serviços públicos e racionalização de efectivos.**

MARY RODRIGUES



MELHORAR a eficácia dos serviços do Estado através da reafecção de recursos é o objectivo central do novo regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da administração, cuja proposta foi aprovada no Conselho de Ministros do passado dia 1, numa reunião em que o Executivo fez avançar também o regime geral de extinção, fusão, reestruturação de serviços públicos e racionalização de efectivos.

Com o primeiro diploma, o Governo pretende flexibilizar os instrumentos de mobilidade entre serviços, adoptando novas medidas que visem a formação, reconversão profissional ou recomeço da actividade profissional dos funcionários na Administração Pública e noutros sectores.

Na sequência de uma reorganização de serviços, e nos casos em que os funcionários não possam ser mantidos nesse serviço ou reafectos a outros, o Executivo prevê então a criação de uma “situação de mobilidade especial”, para a qual vai estabelecer um processo em três fases: de transição (nos primeiros 60 dias), de requalificação (nos 10 meses seguintes à primeira fase) e de compensação.

Nas duas primeiras fases, o pessoal colocado na situação de mobilidade especial “não pode exercer outras actividades remuneradas”, proibição que deixa de existir na terceira fase de compensação, “embora se mantenha o dever de aceitar o reinício de funções em serviço público”.

A proposta de lei sobre o novo regime de mobilidade estabelece igualmente que o pessoal colocado em situação de mobilidade especial, ao longo das três fases do processo, seja alvo de acções de formação que terão como meta “reforçar as suas capacidades profissionais, criando melhores condições ao reinício de funções”.

A medida poderá também destinar-se a “apoiar a reconversão ou reorientação profissional, ou, ainda,

a favorecer a mobilidade e o reinício da actividade profissional na Administração Pública ou fora dela”.

O Governo alarga, assim, a possibilidade de, mediante protocolos, o pessoal colocado em situação de mobilidade especial reiniciar funções (a título transitório ou por tempo indeterminado) noutros organismos sem a natureza de serviço público, como pode ser o caso de associações públicas, pessoas colectivas de direito público e instituições particulares de solidariedade social.

O novo regime de mobilidade consagra também a existência de uma licença extraordinária, que confere o direito a uma subvenção mensal, “permitindo ao pessoal colocado em situação de mobilidade especial a isenção do cumprimento de certos deveres, a par da possibilidade de exercer qualquer outra actividade profissional fora da administração pública”.

### Mais operacionalidade na reestruturação

Quanto à proposta de lei que estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos, ficam definidos que para cada um destes processos “objectivos, prazos, responsabilidades, mobilidade de pessoal e reafecção de outros recursos”.

Visando conferir maior operacionalidade aos referidos processos, o Executivo quer que as reestruturações, fusões ou extinções decorram durante “períodos relativamente curtos (entre 40 a 60 dias úteis) e sob a responsabilidade dos di-

rigentes máximos dos serviços envolvidos”.

Os trabalhadores dos serviços públicos que sejam objecto de extinção, fusão e reestruturação ou de racionalização de efectivos, ser-lhes-á aplicado os instrumentos previstos na lei de mobilidade.

Em casos de reestruturação, em que não há transferência de atribuições e competências e de racionalização de efectivos, o Governo assegura ainda que “a colocação de pessoal em situação de mobilidade especial pressuporá sempre a aplicação de métodos e processos de selecção de pessoal que garantam decisões baseadas em critérios cla-

ros, objectivos e pré-definidos”.

A avaliação de desempenho e a avaliação profissional (adequação das características e qualificações do funcionário às exigências inerentes às exigências dos serviços e respectivos postos de trabalho) caberá sempre aos dirigentes máximos dos serviços, sendo definidos legalmente os métodos para a escolha dos trabalhadores que ficarão nos organismos públicos e os que serão colocados em situação de mobilidade especial. A antiguidade do trabalhador do Estado só deverá servir como critério de desempate.

Refira-se que os funcionários públicos poderão, “por opção volun-

## TIPOS DE MOBILIDADE

**GERAL** O regime de mobilidade geral já existente define as regras de deslocação de funcionários entre serviços da Administração Pública em situações transitórias para ajustar necessidades de pessoal. Face ao quadro legal em vigor, a proposta do Executivo do PS prevê agilizar as ferramentas existentes: transferências, permutas, destacamentos, cedências, requisições e afectações especiais.

**ESPECIAL** O Governo propõe uma gestão racional e efectiva dos quadros de supranumerários em casos de encerramentos, fusões ou reestruturações de serviços, colocando alguns funcionários em situação de “mobilidade especial”, um novo tipo de mobilidade que integra três fases possíveis – transição (mantém vencimento anterior), requalificação (vencimento passa a ser 5/6 do anterior) e compensação (vencimento desce para 4/6 do que auferia de base).

Atendendo à especificidade de cada caso, poderá ainda aplicar-se uma licença extraordinária por período mínimo de um ano, caso em que o funcionário do Estado poderá trabalhar no sector privado sem perder o seu vínculo ao sector público, ou uma desvinculação voluntária (quadro ainda por regulamentar). M.R.

tária”, passar para a situação de mobilidade especial e serem incluídos na lista de trabalhadores que serão colocados na bolsa de emprego público, desde que obtenham o acordo do seu dirigente de serviço.

Segundo as previsões do Executivo socialista, o novo regime de mobilidade dos funcionários públicos deverá entrar em vigor já este ano, embora ainda não seja possível precisar quantos trabalhadores serão ser colocados nesta situação.

O diploma é “para entrar em vigor o mais rápido possível”, declarou, à saída do Conselho de Ministros, o titular da pasta das Finanças,

**Os corpos especiais e as carreiras de regime especial da Função Pública, dada a sua especificidade, continuarão a ser alvo de regras próprias de mobilidade, embora fiquem abrangidos pelo novo regime.**

Teixeira dos Santos, que apresentou publicamente o regime de mobilidade da Função Pública.

Teixeira dos Santos iniciou recentemente a discussão da proposta de lei governamental em questão com os sindicatos representantes dos trabalhadores do Estado, lamentando desde o início do processo de austerização o facto destes “estarem constantemente contra qualquer proposta de reforma do sector”, revelando “uma vontade de manterem a situação actual”, como aconteceu – apontou a título de exemplo – com a reestruturação das carreiras e o sistema de avaliação.

“Dizem que são a favor das carreiras, mas estão contra a proposta do Governo. Dizem que são a favor de uma avaliação na função pública, mas são contra a proposta do Executivo”, criticou o governante, concluindo que os sindicatos “estão contra a mudança na Administração Pública”.

Todavia, Teixeira dos Santos garantiu que a proposta de novo regime de mobilidade é para ser discutida e aperfeiçoada com as sugestões dos representantes dos funcionários públicos.

Aos que dão voz a alertas alarmistas segundo os quais “o Executivo quer fazer despedimentos encapotados”, o ministro garante que “o Governo não abandona os funcionários públicos” e está apostado em fazer avançar a lei da mobilidade em prol da modernização da Administração Pública que – lembrou – “é uma reforma estruturante para a competitividade da economia portuguesa e para a sustentabilidade das políticas de coesão social”.

# Plano nacional para promover hábitos de leitura dos portugueses



**Alunos da pré-primária e 1º ciclo vão ler uma hora por dia**

J. C. CASTELO BRANCO

AS CRIANÇAS do pré-escolar e dos primeiros seis anos do ensino básico são o alvo prioritário do Plano Nacional de Leitura (PNL), aprovado em Conselho de Ministros, e que tem como principal objectivo a promoção da leitura dos portugueses “como factor de desenvolvimento individual e de progresso colectivo”.

Assim, para que os hábitos de leitura comecem cedo entre os mais novos, o PNL prevê que já no próximo ano lectivo, os alunos da pré-primária e do 1º ciclo passem a ler livros, todos os dias, durante uma hora, na sala de aula, enquanto os alunos mais velhos, do 2º ciclo, vão ter um tempo lectivo por semana para a leitura de livros.

O plano, que é assumido como

“prioridade política” e “designio nacional”, foi apresentado, em conferência de Imprensa, na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, pelos titulares das pastas da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, da Cultura, Isabel Pires de Lima, e dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

Na ocasião, Isabel Pires de Lima disse que é “ambição” do Governo que a prioridade política de pôr os portugueses a ler mais “se torne prioridade de toda a sociedade portuguesa”.

A ministra da Cultura sublinhou que o plano “extravasa os conceitos tradicionais de leitura” e apelou a que “os portugueses adoptem esta causa”.

Pires de Lima considerou que ao tradicional lema “ler é saber”, hoje em dia deve acrescentar-se que ler “é sinónimo de poder, entendido como chave-mestra para abrir portas e caminhos e um poder que nos torna cidadãos mais completos e participativos”.

No âmbito do plano, que vi-

**“O PNL visa desenvolver os hábitos de leitura dos portugueses, jovens e adultos, combatendo a iliteracia através de uma intensificação e alargamento da leitura”**

**“É preciso assegurar que os livros entram no quotidiano da sala de aula. Porque a leitura treina-se, é performativa, é como nadar ou andar de bicicleta”**

*Isabel Alçada  
Comissária do PNL*

gorará até 2016, foi constituída uma comissão coordenadora liderada pela escritora Isabel Alçada e apoiada por uma comissão de honra e uma científica.

Esta comissão delinearà projec-

tos e orientações que visem dinamizar a leitura, “entender o livro como um objecto natural”, criar comunidades de leitores e uma rede de mediadores de leitura.

Salientando que o PNL “é transversal a toda a sociedade”, e “com assumido sentido de futuro”, Isabel Pires de Lima frisou que os resultados só serão visíveis a médio e longo prazo.

Por sua vez, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, referiu que o plano “surge num encadeado já longo de medidas políticas, num esforço persistente do país”. Em 2007, lembrou, a rede de bibliotecas municipais faz 20 anos e a rede de bibliotecas escolares 10 anos de actividade.

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues, o plano quer “tirar partido destas infra-estruturas e acrescentar dinâmicas”, um objectivo que, sublinhou, foi pedido “pelas próprias pessoas que trabalham no terreno”.

O PNL está atribuído ao Mi-

nistério da Educação, que prevê um orçamento nesta primeira fase de arranque entre um e dois milhões de euros para as solicitações das escolas. “Precisávamos de muito mais, do triplo”, afirmou a ministra, que disse esperar encontrar mecenas e patrocínios para o plano.

**MAIS DE 100  
PERSONALIDADES  
APOIAM PLANO**

Mário Soares, Jorge Sampaio, Jaime Gama. Vítor Constâncio, Eduardo Lourenço, José Saramago, Eduardo Prado Coelho, Manuel Sobrinho Simões e Luís Figo são alguns dos nomes dos mais variados sectores da nossa sociedade que integram a Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura”.



# Ministra declara guerra ao insucesso na Matemática

## EDUCAÇÃO

O PLANO de Acção para a Matemática, lançado pelo Ministério da Educação, vai permitir às escolas do 2º e 3º ciclos contratarem directamente professores para reforçar o ensino da disciplina, bem como poderem aumentar, temporariamente, a carga horária, caso o considerem necessário.

O objectivo é inverter o quadro negro dos resultados a Matemática, no âmbito de um projecto em que os estabelecimentos de ensino público assumem um papel preponderante neste desafio, no exercício da sua autonomia.

Na apresentação do projecto, que entrará em vigor no próximo ano lectivo e envolverá mais de meio milhão de alunos, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, manifestou-se convicta de que todas as escolas com 2º e 3º ciclos do país se vão candidatar a este programa de combate ao insucesso na Matemática.

O projecto é o “resultado de um trabalho de avaliação e diagnóstico desenvolvido pelos professores de todas as escolas”, que agora têm até ao final do mês de Julho para apresentar a sua candidatura.

Em Setembro deverão ser conhecidos os resultados do concurso e em



Outubro começam a entrar em vigor alguns dos projectos, que podem passar pela contratação de professores ou recrutamento de peritos das universidades.

De acordo com dados dos exames

realizados no ano passado, “setenta por cento dos alunos não conseguiram atingir resultados positivos a Matemática”.

A ministra acredita que todos os projectos apresentados têm grandes

## ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES CONCORDA COM PROGRAMA

A ASSOCIAÇÃO de Professores de Matemática (APM) acredita na viabilidade do projecto apresentado pela ministra da Educação.

“O plano é viável porque assenta em algumas ideias apresentadas por

professores e conselhos executivos para as escolas mobilizarem os seus recursos no combate ao insucesso escolar na matemática”, afirmou Manuela Pires, vice-presidente da APM.

possibilidades de serem aprovados, já que as escolas “identificaram fragilidades e estas devem ser trabalhadas para serem corrigidas”.

A escassez de recursos, a desmotivação dos alunos e a dificuldade no cumprimento dos programas foram alguns dos principais problemas apontados pelos professores e referidos pela ministra.

Agora, os estabelecimentos de ensino vão poder candidatar-se a um apoio financeiro do Ministério, utilizando as verbas para desenvolver um plano de melhoria das aprendizagens nesta área.

Quanto ao custo deste projecto, Maria de Lurdes Rodrigues disse que o “impacto do programa é mínimo no orçamento deste ano”, sendo que o “essencial do programa se reflecte financeiramente no próximo ano”.

Segundo o Plano de Acção para a Matemática, cada agrupamento de escolas define a sua própria estratégia com autonomia, podendo, por exemplo, aumentar a carga horária da disciplina, criar equipas de dois professores por turma ou constituir equipas multidisciplinares de docentes para realizar actividades de apoio à Matemática nas áreas não curriculares como o Estudo Acompanhado.

Adquirir material didáctico ou

software específico e melhorar ou criar de raiz espaços laboratoriais são outras estratégias que podem ser seguidas pelos estabelecimentos de ensino, com base no apoio financeiro da tutela.

Para se candidatarem às verbas, as escolas têm de apresentar um plano onde constem os resultados alcançados pelos alunos no ano de escolaridade anterior, a identificação das causas que influenciaram negativamente as notas e ainda as estratégias de melhoria das aprendizagens, além de uma estimativa dos custos do projecto.

Caso seja aceite o plano, que será avaliado por uma comissão nomeada para o efeito, a escola celebra com o Ministério um contrato-programa onde ficam definidas as metas a atingir e os apoios e recursos concedidos pela tutela.

Em cada escola haverá depois um docente nomeado pelo Gabinete de Avaliação Educacional, que ficará responsável pelo acompanhamento do projecto.

O plano prevê ainda o alargamento dos programas de formação contínua em Matemática aos professores do 2º ciclo, a exemplo do que já aconteceu este ano com os docentes do 1º ciclo. Está ainda também previsto o apoio à formação de professores do 3º ciclo e secundário.

## Lançado programa de enriquecimento curricular

AS ESCOLAS do 1º ciclo (antigas escolas primárias) vão passar a ter um horário alargado, sendo obrigatório, a partir de agora, o cumprimento de um período mínimo de oito horas diárias.

Segundo o Ministério da Educação (ME), esta alteração servirá para que a escola passe a oferecer aos alunos actividades extracurriculares, que serão sempre de carácter gratuito, e que deverão desenrolar-se entre as 15h30 e as 17h30.

Como refere a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, esta nova medida insere-se num conjunto de outras que brevemente serão anunciadas e que visam dar mais um contributo, no sentido de aumentar as actividades de estudo acompanhado, que incluem, como sublinha, por um lado, a realização de trabalhos de casa, tarefa que o ministério quer que passe a ser feita quotidianamente na escola, e, por outro lado, visa a consolidação das aprendizagens.

Mas, para além do apoio ao estudo que a escola passará a dar a todos os alunos, como consequência deste alargamento do horário, a medida prolonga-se e compreende ainda obrigatoriamente 135 minutos semanais de iniciação ao Inglês para os alunos de 3º e 4º anos, um programa que, recorde-se, começou este ano lectivo e que abrange já 97 por cento das crianças desta escolaridade.

Para o Ministério da Educação, os agrupamentos de escolas terão paralelamente total autonomia para definirem por si outras actividades extracurriculares, de forma a poderem ocupar o tempo que eventualmente lhes possa sobrar, como resultado do prolongamento do horário. Neste caso, diz o ME, devem apresentar até 15 de Agosto próximo à tutela um plano que deverá ser executado em conjunto com as autarquias ou com as associações de pais. Daqui deverá resultar um projecto ou projectos, que compreendam actividades ligadas ao desporto escolar, ao ensino musical ou outras expressões de carácter artístico.

O financiamento dos diversos programas e actividades, entretanto desenvolvidos pelas escolas, ficará a cargo do Ministério da Educação, que prevê gastar cerca de 250 euros por ano com cada criança, num total de 80 milhões de euros a nível nacional, uma verba que, diz o Ministério da Educação, será gerida pelas próprias escolas, dando-lhes nomeadamente a possibilidade de serem elas a poderem contratar monitores, alugar espaços ou recorrer aos meios de transporte necessários para transporte das crianças.

O anúncio deste novo projecto foi feito pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues numa cerimónia que teve lugar na Escola Básica Viscondessa de Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos, que contou com a presença

ainda do primeiro-ministro.

A ministra da Educação assegurou que a introdução desta medida, nomeadamente no que se refere aos trabalhos de casa, pretende acabar com o que designou como “factor de desigualdade social”, dado que o seu acompanhamento está a ser deixado para os encarregados de educação em vez, como defende Maria de Lurdes Rodrigues, “de este trabalho de acompanhamento ser feito pela escola”.

### Sócrates elogia ministra da Educação

O primeiro-ministro caracterizou a atitude da ministra da Educação como muito corajosa e competente. Para José Sócrates, Maria de Lurdes Rodrigues tem sabido enfrentar as críticas “às mudanças radicais que está a implementar no sector” com firmeza e muita coragem.

A ministra da Educação não está sozinha, disse o chefe do Governo, recordando que “muita gente está com ela” e a apoiar as suas medidas modernizadoras, não só no Governo, mas no país inteiro.

A propósito das alterações e reformas que estão a ser introduzidas no sector da educação, o primeiro-ministro considerou que elas vão na direcção certa, enaltecendo o facto de estarem a ser levadas a efeito “com a serenidade e a

competência” e que por isso são merecedoras “do nosso maior elogio”.

Do extenso rol de alterações e benefícios que o Ministério da Educação foi capaz de introduzir, disse José Sócrates, realce para o facto de em apenas ano e meio ter conseguido que os concursos de professores “terem passado a ser feitos a tempo e horas e por três anos”.

Os portugueses, sublinhou, vão agora saber que têm um corpo docente estável nas escolas, facto que representa uma mudança radical “em benefício dos alunos”.

A escola pública é algo de que este Governo não quer desistir, garantiu ainda o primeiro-ministro, recordando “a verdadeira revolução” que está a ser feita no 1º ciclo, área que, recordou, estava a ficar para trás ao nível do investimento estatal.

A este propósito, lembrou, por um lado, a inesperada adesão, “de mais de 97 por cento das escolas” ao programa do Ministério da Educação de introduzir o Inglês no primeiro ciclo, e, por outro lado, a iniciativa de encerramento das escolas com menos de 10 alunos, a introdução de aulas de Informática, a formação complementar de professores em Matemática e Português e o alargamento de serviços de refeições “a mais de 70 por cento das escolas”.

# Cessaçãõ do ruído passa a ser imediata por exigência da PSP

## LEI DO RUÍDO

**Novo regulamento dá mais poder à polícia para intervir, simplifica procedimentos e fixa prazos para cumprimento de regras já existentes**

MARY RODRIGUES

O NOVO regime legal relativo ao ruído, cuja principal novidade passa pela possibilidade de as autoridades policiais obrigarem à cessaçãõ imediata de uma actividade que perturbe a tranquilidade sonora pública, foi aprovado na generalidade pelo Conselho de Ministros.

O titular da pasta do Ambiente, Nunes Correia, salientou que com o novo regulamento é simplificada uma medida que “até agora era resultado de um processo complexo”.

“Tinha de ser uma decisãõ do presidente da câmara ou do governador civil, depois de lavrado auto pela entidade policial”, explicou o governante, durante a Conferência de Imprensa que se seguiu à reuniãõ do Executivo do passado dia 8.

Com a entrada em vigor do novo regulamento, a cessaçãõ do ruído não só poderá ser imediata, mas também a acçãõ das autoridades estende-se a problemas desencadeados por qualquer actividade ruidosa temporária, como obras, festas populares, espectáculos e competições desportivas.

Embora dilatando ligeiramente o horário em que alguns ruídos são permitidos, o diploma aprovado na generalidade pelo Governo mantém a proibiçãõ aos fins-de-semana e protege especialmente estabelecimentos de



ensino e de prestaçãõ de cuidados de saúde.

Assim, na proximidade de escolas e hospitais passa a ser proibido o ruído durante o funcionamento das primeiras e a qualquer hora, no segundo caso.

As normas relativas à poluiçãõ sonora produzida pelas infra-estruturas de transportes também verificam alterações, fixando-se um tecto máximo para a monitorizaçãõ de ruídos, que visa uma maior reduçãõ destes, em especial na proximidade das zonas sensíveis (habitações, escolas e hospitais).

O novo regulamento do ruído introduz ainda uma série de obrigações impostas pela legislaçãõ comunitária que obriga à elaboraçãõ de mapas de ruídos e planos de acçãõ para grandes aglomerados urbanos e infra-es-

truturas de transporte, fixando-se um prazo máximo de dois anos (a partir da entrada em vigor da nova lei do ruído) para que tais instrumentos sejam elaborados e apresentados pelas autarquias.

Destaque-se que a nova legislaçãõ recolheu contributos a partir da experiênciã, das câmaras municipais e de organismos dependentes da administraçãõ central.

O ministro Nunes Correia referiu que, actualmente, entre 70 a 80 por cento da populaçãõ nacional habita em meios urbanos onde se registam as situações de ruído que provoca maior incomodidade pública, frisando porém que a nova legislaçãõ “não prevê alterações drásticas” face ao regime ainda em vigor.

O titular da pasta do Ambiente adiantou ainda que o novo

regime do ruído deixa de apenas proceder a uma divisãõ entre em zonas sensíveis e mistas num determinado espaço.

“Com nova lei, passa a ser contemplado o caso de uma casa situada isolada num espaço no campo, mas que é perturbada pelo ruído proveniente de uma auto-estrada que passa nas imediações”, apontou, a título de exemplo.

Por outro lado, segundo o ministro, a nova lei irá prever três períodos de referênciã (em vez de dois) ao nível dos indicadores de ruído: além do período diurno (das 8 às 20 h) e do nocturno (das 0 às 8h) passará a haver o período do entardecer, este entre as 20 e as 24h.

“O novo diploma vai permitir que exista uma maior operacionalidade entre as autoridades municipais e ambientais no combate ao ruído”, afirmou, adiantando também que os mapas de ruído passarãõ a ser parte integrante dos planos directores municipais (PDM).

Ainda sobre o decreto, Nunes Correia sublinhou que se procede igualmente à clarificaçãõ de conceitos fundamentais que permitem a sua ligaçãõ com a dinâmica do planeamento e licenciamento municipais.

“É o caso da definiçãõ de zona sensível, que passa a prever a possibilidade de conter pontualmente pequenas unidades de comércio e servições de complemento à funçãõ residencial, bem como a equiparaçãõ de receptores sensíveis a zonas sensíveis ou mistas, permitindo que os valores limite de ruído lhes sejam aplicáveis”, apontou.

No Conselho de Ministros foi ainda transposta para o ordenamento jurídico nacional uma directiva da Comissãõ Europeia relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria

## DIPLOMAS VERDES

No âmbito da Semana do Ambiente, uma iniciativa que decorreu de 5 a 9 de Junho, o Governo aprovou um conjunto de diplomas relacionados com as temáticas ambientais dos quais destacamos três dos mais importantes:

DECRETO-LEI que altera a legislaçãõ da **Reserva Ecológica Nacional (REN)**, abrindo a possibilidade de alguns usos necessários para actividades como a agricultura.

RESOLUÇãõ que aprova, na generalidade, a versãõ da **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável** que será posta em discussãõ pública, acompanhada de um plano de acçãõ.

DECRETO-LEI que cria um fundo de compensaçãõ para suportar eventuais prejuízos pelo aparecimento acidental de **transgênicos** (plantas geneticamente modificadas) em campos agrícolas tradicionais. O fundo funcionarãõ por cinco anos.

de exposiçãõ dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).

Com a aprovaçãõ deste decreto, o empregador terá de assegurar a avaliaçãõ e mediçãõ (por autoridades competentes) dos níveis de ruído a que os trabalhadores estão sujeitos, assim como a formaçãõ e informaçãõ dos seus funcionários sobre os riscos de exposiçãõ ao ruído.

É ainda dever do empregador a vigilância da saúde dos trabalhadores com vista à prevençãõ e diagnóstico precoce de qualquer perda de audiçãõ resultante do ruído e à preservaçãõ da funçãõ auditiva.

## Quartéis dos bombeiros vão ter novas regras de construçãõ

O MINISTRO da Administraçãõ Interna anunciou que, até ao final do ano, o Governo vai definir as novas regras e apoios para a construçãõ dos futuros quartéis dos bombeiros.

Justificando a razãõ porque durante cerca de um ano o Executivo teve que suspender os subsídios para este efeito, que passou, como disse, pela “necessidade de canalizar todas as verbas disponíveis para outros investimentos que se afiguravam prioritários, designadamente 19,9 milhões de euros para aquisiçãõ de meios aéreos e sete milhões de euros para a compra de equipamento de protecçãõ pessoal para os bombeiros, António Costa recordou que, apesar de terem sido suspensos esses



apoios para a construçãõ de novos quartéis, o Governo não deixou contudo de cumprir o ano passado os contratos-programa herdados do Executivo anterior.

A este propósito, recordou que o Governo investiu, apesar das restrições, em 2005 e já em 2006, cerca de 9 milhões de euros na modernizaçãõ ou na construçãõ de raiz de novos equipamentos, cumprindo assim as promessas que vinham detrás.

Até ao final do próximo ano, garantiu, serão definidas as regras e os apoios para a construçãõ de novos equipamentos.

Para já, disse o ministro, “temos que ter em conta quantos quartéis serão efectivamente

necessários e em que concelhos”, uma vez que, como defendeu, “não é possível continuar a financiar novos quartéis construídos a apenas 500 metros de outros muito recentes”.

Por outro lado, defendeu ainda que nenhum Governo, por mais rico que seja, pode dar-se ao luxo de apoiar ou financiar novos equipamentos sem que primeiro seja feita uma clara distinçãõ entre o que é a dimensãõ associativa, nomeadamente onde se incluem piscinas ou salões de baile, “que o Estado não deve financiar”, daquilo que se destina em concreto às acções operacionais directamente relacionadas com a acçãõ dos bombeiros, “que o Estado deve apoiar”.



# Cobertura quase total de água e saneamento até 2013

PORTUGAL vai ter uma cobertura pela rede de abastecimento de água de 95 por cento e pela rede de saneamento básico de 90 por cento em pouco mais de seis anos. A garantia foi dada pelo ministro do Ambiente, Nunes Correia, para quem “esta batalha está a ser vencida”, embora seja preciso ainda fazer um grande esforço de investimento a curto prazo.

Para Nunes Correia, que falava em Viana do Castelo, o nosso país deu nos últimos anos “um passo de gigante” em matéria de abastecimento de água e saneamento graças ao plano estratégico aprovado pelo Executivo de António Guterres, em 2000, que viabilizou a aproximação de Portugal dos valores e metas fixadas como desejáveis.

“Agora estamos a reformular esse plano estratégico”, adiantou o governante, acrescentando que, no decurso do novo ciclo de fundos comunitários [2007-2013], o objectivo passa a ser “atingir um valor da ordem dos 95 por cento em abastecimento de água e dos 90 por cento de tratamento de efluentes na generalidade do país”.

Segundo o ministro, uma vez construídos os grandes sistemas regionais é dada agora prioridade às redes domiciliárias, pois em muitos casos estas revelam ainda “uma grande fragilidade” e noutros “pura e simplesmente não existem”.

As declarações de Nunes Correia foram proferidas durante



## SÓCRATES MARCHA PELA PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

EM DEFESA da preservação da paisagem do Alto Douro Vinhateiro, o primeiro-ministro, José Sócrates, marchou com cerca de quatro mil crianças entre Lamego e a Régua no Dia Mundial do Ambiente.

Sócrates quis participar nesta marcha, inserida no projecto Ambi-Douro (promovido pela Associação Douro Histórico), para “dar um sinal ao país” da importância de preservar a natureza.

Uma grande “lagarta”, colorida com as camisolas verdes, vermelhas e laranja vestidas pelas cerca de quatro mil crianças das escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico dos 11 concelhos do Douro Histórico, saiu do cais de Lamego de manhã, percorrendo depois três quilómetros até à alameda da Régua.

Apesar do calor, José Sócrates disse ser com “prazer” que ia marchar e comemorar o Dia do Ambiente em contacto com a natureza e à beira do rio.

Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Vila Real foram os concelhos



presentes na marcha.

O objectivo do Ambi-Douro é a protecção do ambiente e a preservação do património do Alto Douro Vinhateiro, classificado pela UNESCO em 2001.

A marcha em que participou o primeiro-ministro inseriu-se nas comemorações dos 250 anos da Região Demarcada do Douro, que decorrem oficialmente entre 31 de Agosto e 11 de Setembro.

a inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Valença, um equipamento integrado no Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento do Minho-Lima, que vai servir cerca de 29 mil habitantes e custou cerca de 2,7 milhões de euros.

No mesmo dia (9 de Junho) em que culminava uma série de iniciativas que marcaram uma semana dedicada às temáticas ambientais, o ministro inaugurou também a ETAR de Ponte de Lima e, “simbolicamente”, as restantes sete que integram aquele sistema e que significaram um investimento total de 31,8 milhões de euros, co-financiado em 65 por cento pelo Fundo de Coesão da União Europeia.

“Estes sistemas permitem servir 58 por cento da população do distrito, ou seja, dá-se um salto extraordinário nos níveis de atendimento”, salientou o governante, que presidiu, também no âmbito da Semana do Ambiente, à assinatura do contrato de empreitada para a execução da Estação de Tratamento de Água (ETA) de S. Jorge.

Esta infra-estrutura vai permitir tratar 64.800 metros cúbicos de água por dia e abastecer 262 mil habitantes no ano horizonte do projecto (2030), dos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira.

## Região Norte vai receber 40 por cento das verbas comunitárias

O DEPUTADO do PS Mota Andrade congratulou-se com o facto de cerca de 40 por cento do novo Quadro Comunitário de Apoio se destinar à região Norte com o objectivo de aumentar a sua competitividade.

O vice-presidente da bancada parlamentar socialista falava no final de uma reunião de deputados do PS com a presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN).

Segundo as contas que foram comunicadas aos parlamentares socialistas eleitos nos distritos com concelhos inseridos no Norte, esta região receberá 8700 milhões dos 22.500 milhões de euros previstos no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

Mota Andrade considerou, no entanto, que tão importante quanto a verba prevista para o Norte é a forma como ela será investida.

“Até agora verificaram-se, nos anteriores quadros comunitários de apoio, investimen-



tos dispersos e não reprodutivos. Pretende-se que os dinheiros sejam agora bem aplicados em termos de aumento da competitividade do Norte, de modo a que consiga uma convergência com o resto do país e com a Europa”, disse.

O parlamentar socialista defendeu que, para que tal aconteça, serão necessários maiores “controlo e rigor” na gestão das verbas comunitárias.

“Até agora, as autarquias apresentavam, por exemplo, candidaturas à peça. Isso agora não vai acontecer. O mundo autárquico vai ter de se unir e apresentar candidaturas em conjunto, através, nomeadamente, das associações de municípios”, disse.

Por sua vez, Carlos Lage, presidente da CCDRN, sublinhou que o encontro se realizou por iniciativa dos deputados socialistas e que a estrutura que lidera “não tem qualquer inclinação partidária”, garantindo que prosseguirão reuniões semelhantes com parlamentares das restantes forças partidárias

com assento na AR.

Carlos Lage salientou a necessidade de aproveitar o QREN para “fazer ressurgir a economia nortenha, retirando-a da estagnação em que caiu nos últimos anos”.

“Os fundos estruturais não são uma alquimia que transforma dinheiro em empresas e empregos, e o último quadro mostrou que assim é, visto ter havido um ligeiro empobrecimento da região apesar das verbas disponíveis”, disse.

“Mas o dinheiro que a União Europeia vai colocar à disposição da região Norte é muito volumoso e esperamos que permita alterar a sua estrutura produtiva”, referiu Carlos Lage.

Assim, adiantou, o QREN será investido no Norte prioritariamente em “ciência, inovação, ensino e qualificação”, já que, sem tal aposta, “não haverá possibilidade de alterar o perfil produtivo da região. Se os investimentos forem colocados onde devem ser, será possível recuperar a trajectória de convergência”.

# Socialistas recusam adiamento da co-incineração

AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

**Os deputados do GP/PS chumbaram mais uma tentativa populista e irresponsável de adiar o necessário processo de tratamento de lixos perigosos.**

TAL como o tinha assegurado José Sócrates, a co-incineração é mesmo para avançar. A mensagem foi reafirmada pela bancada parlamentar socialista, no passado dia 14, ao votar contra projectos de resolução que visavam a suspensão deste processo de tratamento de resíduos industriais perigosos (RIP).

Num plenário da Assembleia da República ocupado pelo agendamento potestativo (direito de fixação da ordem do dia) do PEV, foram apresentados quatro projectos de resolução que recomendavam ao Executivo do PS a suspensão da co-incineração de RIP até à concretização e pleno funcionamento dos CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Sólidos.

Durante o debate, vários parlamentares da bancada socialista defenderam que a co-incineração, embora podendo não ser “o caminho mais fácil”, é, sem margem para dúvida, “a melhor solução”.

“São, aliás, compreensíveis os receios das populações, devido principalmente a constantes manobras e declarações de alguns políticos”, frisou o deputado do PS Marcos Sá, avisando que o nosso partido e o nosso Grupo Parlamentar não irão ceder a “populismos baratos ou a discursos fáceis” e continuarão o processo para avançar com a co-incineração.

“Nós estamos do lado da razão científica”, salientou, garantindo



que o Executivo liderado por José Sócrates não abdicará do rumo traçado porque este é “o caminho da responsabilidade”.

Também o deputado Vítor Ramalho focou a sua intervenção na necessidade de implementar uma estratégia efectiva para o tratamento de resíduos industriais perigosos, criticando os que se escudam na “contestação popular” para solicitar mais e mais adiamentos no enfrentar de um problema crítico em Portugal.

Convidando a se fazer, nesta matéria vital para a qualidade de vida das populações, uma reflexão “lúcida”, o deputado socialista criticou a visão simplista “dos bons contra os maus” que alguns pretendem fazer vingar, lembrando ainda que a grande maioria eleitorado

português sufragou o programa de Governo proposto pelo PS, onde a co-incineração era um dos pontos a desenvolver.

Contrariando o que classificou como argumentos “populistas”, apançou que o Governo e o PS não avançarão com a co-incineração por mera teimosia e sim por “determinação”, por “respeito ao voto popular” e para “servir as populações e o país”.

“Ninguém de boa fé poderá retirar ao PS e em particular a José Sócrates preocupações ambientais, provadas na acção”, afirmou Vítor Ramalho, elencando de seguida algumas medidas ambientalistas implementadas como o plano estratégico de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os sistemas multimuni-

ciais, a lei de avaliação dos impactos ambientais, a legislação sobre prevenção e controlo integrado da poluição, o programa Polis, os aterros sanitários, e o protocolo sobre bio-segurança.

Ao afirmar-se “consciente de que foi eleito por um distrito (Setúbal) onde se produzem mais de 60 por cento dos RIP perigosos de Portugal, Vítor Ramalho disse não querer pactuar com a persistência desta situação e posiciona-se “do lado certo” que a co-incineração tem provado ser, até como experiência vivida em países mais avançados, inclusive da União Europeia.

“A essência do combate do PS e o do sentido da nossa votação – disse – é só um: contribuir para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”.

A terminar, o deputado socialista lembrou que insistiu na crucialidade de dar uma resposta responsável e eficaz ao problema dos RIP’s em Portugal, uma vez que todos os anos produzimos mais de 250 toneladas destes detritos, advogando mais uma vez a co-incineração como a melhor solução no presente, não só porque os socialistas assim a encaram, mas sobretudo porque uma comissão científica independente defendeu este processo, porque estão acrescidamente garantidas as propostas de controlo e monitorização do sistema, porque adiar não é solução e, finalmente, porque o Governo se suporta num programa sufragado pelo povo português”, o que não é questão menor em democracia. **M.R.**

## Crescimento “virtuoso” da economia ao ritmo mais elevado desde 2004

O PRODUTO interno bruto (PIB) português teve um crescimento de 1 por cento no primeiro trimestre de 2006, face a igual período do ano passado, o que se traduz no ritmo mais elevado desde o segundo trimestre de 2004.

E, ao contrário do que era habitual, o aumento deveu-se sobretudo a um reforço substancial das exportações. Por isso, o primeiro-ministro, José Sócrates, descreveu este crescimento como “virtuoso”.

“Estamos perante um crescimento que é virtuoso, porque foi apoiado nas exportações e no investimento”, afirmou o primei-



ro-ministro à entrada para uma reunião com empresários na Associação Empresarial de Portugal (AEP), no Porto.

“As exportações cresceram 7,2 por cento, o que já não sucedia há muito tempo, excepto na altura do Euro 2004”, sublinhou ainda, acrescentando que “estes números são boas notícias e vêm confirmar uma recuperação lenta e gradual da economia portuguesa, que se tem vindo a afirmar de trimestre para trimestre”.

Segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o ritmo de crescimento nos primeiros três meses do ano

representa uma aceleração de 0,3 pontos percentuais face ao crescimento de 0,7 por cento da riqueza produzida em Portugal nos últimos três meses do ano passado, face a igual período de 2004.

Face ao último trimestre de 2005, a economia portuguesa cresceu 0,5 por cento nos primeiros três meses deste ano.

O crescimento económico foi suportado por um aumento homólogo de 7,2 por cento das exportações e, também, pela evolução positiva do consumo das famílias, que cresceu 0,8 por cento, comparando com os primeiros três meses de 2005.



# Descentralização da Cultura está em marcha

APOIAR a realização regular de espectáculos fora dos grandes centros urbanos é o objectivo central de um conjunto de programas a lançar em breve pelo Governo socialista e que foram anunciados pela ministra da Cultura.

Trata-se de promover “espectáculos de qualidade e com frequência” de forma a dar vida aos equipamentos culturais localizados fora de Lisboa e do Porto, declarou Isabel Pires de Lima na inauguração do Centro de Artes do Espectáculo de Portalegre, que decorreu no passado dia 12.

A titular da pasta da Cultura revelou igualmente que o seu ministério vai lançar o programa “Território Artes”, uma iniciativa que deverá servir de plataforma virtual de oferta e procura de espectáculos.

Segundo a governante, será também lançado um outro programa – assente em acordos tripartidos entre o Ministério da Cultura, autarquias e estruturas culturais de produção local – visando a realização de espectáculos regulares que rentabilizem os diversos equipamentos existentes no país.

Isabel Pires de Lima adiantou ainda que o Executivo do PS pretende firmar, no próximo ano, os últimos contratos-programa para a conclusão da rede nacional de bibliotecas públicas.

Quanto à rede nacional de cine-teatros – adiantou – o Governo pretende que esta seja alargada a outras cidades do país, que não apenas à capitais de distrito.

Considerando que “é preciso desenvolver agora um grande esforço, não só na prossecução da construção física dessas redes, mas igualmente no sentido de as por a funcionar em termos de programação”, a ministra



lembrou que, no caso dos cine-teatros, “as redes de programação são vitais para a sustentação dessas estruturas”.

Recorde-se que a ministra da Cultura iniciou, em Portalegre, um périplo de dois dias por 10 dos 15 concelhos do norte alentejano, constituindo a segunda etapa da iniciativa “Cultura Presente”, em que se propõe percorrer todas as regiões de Portugal.

Depois de passar pelo dis-

trito de Santarém, em Maio, Isabel Pires de Lima visitou os investimentos governamentais superiores a 10 milhões de euros localizados nas cidades de Portalegre e Elvas.

“Estes périplos que estamos a desenvolver visam uma política de aproximação do ministério às autarquias”, afirmou a titular da pasta da Cultura, sublinhando de seguida que uma das “prioridades políticas deste Governo” passa

efectivamente pela “descentralização” e que, para que esta se concretize e se possam “operacionalizar meios que a promovam”, é fundamental “conhecer no terreno as realidades”.

Em Elvas, a ministra visitou investimentos que ascendem a 5,2 milhões de euros, incluindo as obras de reabilitação e valorização da Sé.

As obras da biblioteca e do Museu de Arte Contemporânea

da cidade, cuja abertura está prevista para o final do ano, a inauguração do arquivo municipal e das obras realizadas no castelo foram outros dos pontos de paragem de Isabel Pires de Lima, que também passou pelo Arquivo Histórico Municipal, cujas instalações ficam no antigo convento de São Francisco, um edifício completamente remodelado, num investimento orçado em 1,2 milhões de euros.

## Conciliar eficaz protecção de direitos dos trabalhadores com flexibilidade

### LEGISLAÇÃO LABORAL

AS ALTERAÇÕES ao Código Laboral devem assegurar “uma mais efectiva e eficaz protecção dos direitos” dos trabalhadores e ao mesmo tempo permitir uma maior “flexibilização” em áreas como o horário de trabalho, a conjugação da vida profissional com a vida familiar e a gestão das empresas.

Estes foram os princípios defendidos pelo ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, durante uma audição da Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social, destinada a esclarecer os deputados sobre o Livro Verde das Relações Laborais.

Relativamente ao Livro Verde que servirá de base a um livro branco sobre o mesmo



tema, em que serão apresentadas propostas para a revisão do Código do Trabalho, Vieira da Silva considerou que ele mostrou uma nova realidade das relações laborais porque fez uma sistematização da informação existente.

O ministro adiantou ainda que quer um Código do Trabalho entendido como um “instrumento de construção de um país competitivo”, sublinhando que não deseja “lei da selva” nem “floresta de pedra”.

Na audição, o ministro do Trabalho foi confrontado com críticas do PSD quanto à forma como estão a ser analisados os dados estatísticos do desemprego.

Em resposta, Vieira da Silva referiu os dados do desemprego do INE que revelaram que no primeiro trimestre deste ano o desemprego

desceu 3 décimas relativamente ao último trimestre de 2005 (de 8 por cento para 7,7 por cento), embora tenha crescido 2 décimas em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

“Este decréscimo, num trimestre em que normalmente o desemprego aumenta, é um sinal positivo”, disse.

O secretário de Estado do Emprego e formação Profissional, que acompanhou o ministro à comissão parlamentar, referiu que os dados do INE confirmaram os dados do Eurostat e estão em concordância com as previsões do FMI e do Governo.

Fernando Medina salientou ainda a nova dinâmica de controlo do IEFP e de dinamização de políticas activas de emprego e de formação profissional.

# “O ordenamento do ter

JOÃO FERRÃO AO “ACÇÃO SOCIALISTA”

**O Partido Socialista, desde há muito, que olha com especial atenção para a gestão e planeamento do território.**

**Na opinião de João Ferrão, secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, os estrangulamentos com que o país se depara ao nível da gestão do seu espaço territorial devem-se à falta de coragem e de capacidade política de, em devido tempo, não se ter sabido ou querido desconcentrar, descentralizar e desburocratizar a produção dos instrumentos de gestão territorial.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

**Falemos das novidades que este Governo está a introduzir tendo em vista uma mais eficaz racionalização na gestão do território. Que instrumentos e que novos caminhos se pretendem desenvolver e que modelo territorial se quer ver implantado em Portugal?**

Sendo, como se sabe, este assunto vasto e por vezes de difícil compreensão para quem não está ligado à problemática do planeamento territorial, talvez fosse interessante referir três ou quatro aspectos, que, constituindo novidades, certamente que serão facilmente apreendidos por todos.

Este Governo quando tomou posse, há pouco mais de um ano, deparou-se com um emaranhado de leis, de instrumentos que se sobreponham a outros instrumentos de gestão do território, de decisões que anulavam outras decisões, e por aí fora, que não teve outro remédio senão parar para estudar tudo e preparar um novo pacote legislativo mais apropriado de forma a responder mais eficazmente às exigências de uma gestão territorial moderna.

Desde já gostava de referir que o Governo está a desenvolver três frentes que eu designaria como complementares, mesmo antes de abordar as medidas relativas ao planeamento territorial propriamente dito.

Por um lado, e em primeiro lugar, resolver problemas de base e que há muito deveriam estar solucionados. E vou dar dois exemplos que não tendo directamente a ver com o planeamento, são contudo condições para que este aspecto possa ter um bom desenvolvimento: em primeiro lugar a questão do cadastro predial, que este Governo já está neste momento a resolver, num trabalho conjunto de cinco ministérios.

Não faz sentido exigir-se um bom planeamento sem que haja antes um actualizado cadastro predial. Nós somos, neste particular, o único país da União Europeia dos quinze sem um cadastro predial actualizado. É, na minha opinião, uma vergonha a que tínhamos que pôr termo.

E este problema é tanto ou mais grave porque continuamos a deparar-nos, em muitas áreas, com

situações de heranças indivisas, na medida em que não sabemos, pura e simplesmente, de quem são as casas ou a quem pertencem os terrenos. Como é que se pode avançar para um planeamento do território eficaz e justo, se não sabemos com quem falar a propósito desta ou daquela propriedade? É uma tarefa inglória. É claro que estou a referir-me sobretudo ao cadastro predial rústico, e não tanto ao urbano, porque neste particular estamos, apesar de tudo, muito melhor.

A outra vertente da mesma face refere-se à criação de um Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo, organismo cuja criação está prevista desde 1989, mas que nunca foi constituído. Ora, se nós não conhecemos, não acompanhamos e não avaliamos aquilo que existe, é claro que não podemos de todo trabalhar em condições.

Estes são portanto dois exemplos daquilo a que chamaria uma primeira frente e da qual faz ainda parte uma outra iniciativa que gostaria de salientar e que respeita ao trabalho que este Governo está a desenvolver no sentido de completar o que designaria por edifício do sistema de planeamento.

**E isto, para que todos consigam perceber, quer dizer o quê?**

É simples. Quer dizer que em Portugal, nós começámos, do ponto de vista prático, o sistema de planeamento pelos níveis mais perto do terreno. Ou seja, demos ênfase à elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM), aos planos de pormenor (PP) e aos planos urbanísticos (PU) e fomos esquecendo de avançar para os grandes instrumentos regionais de ordenamento do território. Se de forma metafórica encarmos o sistema de planeamento como uma casa, compreenderemos que nós começámos pelo rés-do-chão, com os planos de pormenor e com os planos de urbanização e ficámos pelo primeiro andar com os PDM. Sucessivamente, e ao longo dos anos, temo-nos vindo a esquecer de concluir o edifício construindo o andar superior e o telhado. Ora, o que estamos agora



a fazer é exactamente completar a casa, ou seja, estamos a construir a abóbada ou a cobertura do edifício que é o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), que está neste momento em debate público, sendo que o Governo já se comprometeu a enviá-lo para a Assembleia da República de modo a que este importante instrumento de gestão do território possa ser aprovado até ao final deste ano. Contudo, o edifício só ficará completo com a construção do andar superior, ou se se quiser, com a aprovação de todos os Planos Regionais do Ordenamento do Território (PROT).

De facto, só quando estes trâmites estiverem todos cumpridos é que o edifício legislativo, no que respeita ao planeamento territorial, ficará concluído em Portugal.

**Mas os Planos de Ordenamento do Território, pelos menos alguns deles, não estavam já a dar as respostas necessárias?**

Bom, aqui talvez seja necessário explicar aquilo que neste momento temos em matéria de planos regionais. Em primeiro lugar nós tínhamos neste capítulo dois problemas. Por um lado não tínhamos todo o país coberto com PROT, e por outro lado, segundo problema, dos que existiam, alguns deles mais não eram do que micros planos que não correspondiam minimamente àquilo que deles se esperava inicialmente.

Como responder então a estes dois problemas. Lançamos, e neste momento já começaram em elaboração, planos regionais de ordenamento do território de forma a cobrir todo o país. E os PROT que lançamos são verdadeiros planos regionais e não sub regionais como muitos dos que viemos encontrar. Temos PROT para o norte, centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e finalmente o do Algarve que já está a andar.

Esta é portanto a segunda frente que passa por completar o edifício do sistema de planeamento.

**Com este edifício concluído, poderemos dizer que o país passará então a dispor dos meios e dos instrumentos necessários para que possa avançar de forma aplicada no que respeita ao planeamento do seu território?**

Exactamente. Era deste quadro técnico e legal que precisávamos para podermos avançar de forma sustentada e séria, nos diversos patamares do planeamento do território nacional.

E tudo isto é importante porquê? Por vários motivos. Desde logo porque com estas medidas, nós vamos finalmente concretizar aspectos que estão na lei desde 1999 e que até agora vinham a marcar passo. Um exemplo que posso dar sobre este mastigar sem se andar para a frente, diz respeito a um assunto que afecta sobretudo os autarcas. A lei prevê

desde 1999, por exemplo, que desde que o PNPOT esteja aprovado na Assembleia da República, e o PROT da respectiva região esteja também aprovado, ou seja quando os dois documentos estiverem aprovados, os planos, os outros planos de nível mais baixo – PDM, PP ou PU –, passem a ser aprovados na Assembleia Municipal indo depois directamente para registo administrativo na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DEGOTDU). Ou seja, termina esta tramitação que é lenta e complexa e que é aquela que neste momento existe.

**Mas os Planos Directores Municipais também não têm, é essa a crítica generalizada, cumprido o seu papel, pelo menos naquilo que se esperava deles. Ou seja, ajudarem a ordenar o território a um nível mais baixo. Este cenário é verdadeiro?**

Sem dúvida. E porque que é que isso tem acontecido. Porque é que os PDM não têm, como referiu, cumprido o seu papel? Porque infelizmente, na minha opinião, os Planos Directores Municipais não têm vindo a ser dotados ao longo das sucessivas revisões de todos os instrumentos de referência que permitiriam aferir se esse PDM está ou não conforme as orientações mais genéricas. Daí a importância de completarmos o edifício legislativo. Estando os andares superiores



# ritório estava um caos”



“ Não faz sentido exigir-se um bom planeamento sem que haja um actualizado cadastro predial.

Vamos criar um Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Os Planos de Ordenamento do Território vão cobrir todo o país.

”



ordenamento do território.

Por outro lado, em Portugal temos tido uma visão muito tecnocrática dos planos, que até podem ser do ponto de vista técnico muito bons, mas o que se tem vindo a verificar é que o essencial das alterações que se introduzem nos PDM, por exemplo, e para só referir estes planos, normalmente acontecem quando eles estão em discussão pública, ou seja, já na parte final, situação que a experiência de todos estes anos nos tem vindo a mostrar constituir um enorme erro.

De facto, o processo de concertação, que é fundamental, deve fazer parte da própria elaboração do plano. Não é fazer um plano e só no final, com o decorrer do debate público, é que se começam a introduzir as alterações. Isto não faz qualquer sentido. Está tudo invertido.

O Governo ao estabelecer um período curto mas na nossa opinião suficiente para a elaboração dos PROT, está também a apostar simultaneamente numa efectiva concertação, e a acabar com este calvário no qual temos vindo a viver, com planos aprovados passados

cinco e mais anos, mas igualmente a tornar todo o processo mais democrático.

Finalmente, estamos ainda numa terceira frente que respeita à simplificação e eficiência dos instrumentos de gestão territorial.

Recordo, a este propósito, que o primeiro-ministro anunciou, no dia de apresentação do PNPT, que o documento será brevemente debatido com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), e que na altura se aprofundarão todos os aspectos e mecanismos para uma optimização deste documento.

**O que é que este Governo está a fazer para ordenar e disciplinar as zonas costeiras do território nacional?**

Estamos verdadeiramente a trabalhar esse aspecto. Como é do conhecimento público existem já os chamados Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). Aliás, foi este Governo que aprovou o último que faltava, entre Vilamoura e Vila Real de Santo António, no Algarve.

Neste momento, portanto, a orla costeira portuguesa está toda

coberta por estes instrumentos de planeamento.

O problema que se coloca neste particular é que estes planos vão para o interior apenas até 500 metros. Ou seja, incidem numa faixa muito estreita. Perante este cenário, este Governo decidiu em relação aos POOC, e antes de mais nada, e porque não havia, o que não deixa de ser extraordinário, um sistema de informação que nos permitisse ter uma visão estruturada e actualizada do que foi feito e do que não foi feito no âmbito de cada um dos POOC, montar um verdadeiro sistema de informação, trabalho que nos levou alguns meses a executar.

Feito este levantamento, o que nos permite saber agora com exactidão o que foi feito e o que não foi feito a nível dos POOC, estamos nesta fase a reprogramar alguns desses planos.

Mas a questão da orla costeira assume, sem dúvida, um papel fundamental para o país. Por isso, o que dizemos é que se a contenção, sobretudo a nível de novas construções, é uma tarefa fundamental, e aqui os POOC têm ou podem ter um papel fundamental, também os PROT são aqui chamados a desempenhar uma tarefa fundamental no equilíbrio da ocupação do solo.

O exemplo que posso dar de modo a ilustrar o que acabo de afirmar é o que estabelecemos para o Algarve. Ao nível do POOC, ou seja na faixa dos quinhentos metros nós proibimos a edificação, e na faixa que vai até aos dois mil metros, já no âmbito do PROT, nós condicionamos muito a construção fora dos perímetros urbanos.

**Ouvindo-o, e para finalizarmos, não resisto a perguntar-lhe: não existem planos a mais?**

Essa é uma pergunta oportuna. Não tenho qualquer dúvida que existem planos a mais. Há, de facto, um número excessivo de planos e o Governo quer alterar esta realidade. É que muitas vezes, os planos são contraditórios e portanto o assunto é sério e estamos a encará-lo de frente.

O plano de referência, porque é aquele que vincula os particulares, o plano de referência para o cidadão e para o decisor, são os planos directores municipais. Os planos regionais de ordenamento do território definem depois determinadas regras que têm sempre, tal como os chamados planos especiais, e em qualquer caso, que ser vertidos no PDM.

Só seguindo este caminho estaremos a ser rigorosos e a cumprir seriamente com as regras de uma correcta gestão do território. E também só desta forma o cidadão poderá avaliar sustentadamente que lhe é proposto. Por isso este Governo está a alterar as regras e brevemente teremos tudo isto transporto para a lei.

completos, poderemos então afirmar, trinta e tal anos depois do 25 de Abril, que o Poder Local chega finalmente à sua maioridade.

Ou seja, o Poder Central confia plenamente nas decisões do Poder Local, delegando nele este tipo de decisões fundamentais.

Neste momento o que é que acontece. Os planos são aprovados em assembleia municipal e são de seguida enviados para a CCDR da região. Este organismo, por sua vez, depois de fazer uma primeira verificação técnica envia o documento para a DGOTDU que faz uma segunda verificação técnica e envia o estudo do PDM para a secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, onde se faz uma terceira verificação técnica para posteriormente enviar o documento a Conselho de Ministros. O tempo que se gasta com tudo isto é espantoso. Ora, o facto deste Governo estar a completar o edifício também serve para finalmente podermos dizer que, não só estamos a simplificar e a operacionalizar um sistema que há muito já devia estar a andar, como paralelamente estamos a consagrar o Poder Local com o estatuto de parceiro maior do nosso sistema político.

**Quanto tempo estabeleceu o Governo para a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território?**

Esse é um ponto muito importan-

te. De facto, o Governo estabeleceu o prazo de doze a dezoito meses para a elaboração dos PROT. Para dar um exemplo de como as coisas estavam, recorro que o PROT do Algarve levou cinco anos a ser preparado. Ora isto não pode ser. Neste momento este documento está completamente ultrapassado o que obriga, por esta razão, a gastar-se mais dinheiro na elaboração de um novo plano de

## CREDIBILIZAR A IDEIA DE PLANEAMENTO

A gestão e o ordenamento do território são questões que têm vindo a percorrer de forma transversal os sucessivos governos ao longo das últimas três décadas. Mas nem sempre, como se constata, o processo tem corrido da melhor forma.

Trata-se, em suma, de encarar o território como um espaço comum que deve ser olhado e valorizado tendo em vista o desenvolvimento sustentado de um património que é pertença de todos, e que a todos deverá merecer uma redobrada e especial dedicação.

Sem uma aposta forte e equilibrada no ordenamento do território, nomeadamente mobilizando meios e qualificando e nalguns casos requalificando os diversos instrumentos de planeamento, como defende o actual Governo socialista, muito dificilmente Portugal poderá dispor de uma base competitiva capaz de encarar os desafios que se lhe colocam, quer ao nível mais próximo do espaço económico e social onde está inserido, a União Europeia (UE), quer numa perspectiva mais vasta em relação aos restantes países fora deste espaço para os quais Portugal também tem que olhar.

Trabalhar o território significa, numa primeira análise, compatibilizar investimentos com a preservação da

qualidade ambiental, criando assim um conjunto de oportunidades de desenvolvimento humano, económico e social.

António Fonseca Ferreira, presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), defende que será, senão impossível, pelo menos muito difícil encarar o desenvolvimento sustentado de qualquer região sem que esse desenvolvimento se baseie no que classifica dos “três pilares fundamentais”, pelos quais, em sua opinião, deve passar, não só a sustentabilidade de cada região, mas a sua harmonização com os restantes espaços regionais.

E que instrumentos ou pilares são esses? Desde logo, como diz, olhando para um instrumento fundamental que é a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Depois, apostando seriamente no Plano Tecnológico, instrumento que o actual Governo do PS tem vindo a acarinhar e a desenvolver, e, finalmente, aproveitando ao máximo as oportunidades oferecidas pelo modelo de intervenção preconizado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o próximo período de programação de 2007/2013.

# Lei das incompatibilidades será cumprida em todo o país

FIM DA EXCEÇÃO NA MADEIRA

**O PS quer acabar com a promiscuidade entre interesses públicos e privados verificada na Madeira e, para isso, a sua bancada parlamentar promete avançar com a extensão da lei das incompatibilidades e impedimentos a todo o território nacional, mesmo que tal matéria não seja acolhida na próxima revisão do Estatuto Político Administrativo da Região.**

MARY RODRIGUES



A LEI das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, se for aprovada na Assembleia da República, será aplicada em todo o território “independentemente” da alteração do Estatuto da Madeira. Esta foi a garantia deixada por Alberto Martins, no passado dia 6, em declarações aos jornalistas na sala de conferências de Imprensa do Parlamento madeirense, em resposta à inaceitável recusa de Alberto João Jardim de aplicar o diploma na Região.

“As leis da República são para se cumprir, independentemente do estatuto” das regiões, afirmou categórico o líder parlamentar do PS, sublinhando depois a importância de, passados dois anos da última revisão constitucional, a Madeira tomar a iniciativa de rever o seu Estatuto Político-Administrativo.

O presidente do GP/PS clarificou que “o impulso de revisão do estatuto é matéria indiscutível da

Região Autónoma da Madeira e não pode ser aberto pelo Parlamento da República”, frisando porém que a última revisão constitucional deu amplos poderes autônomos à Madeira e que, por isso, “não se deve ficar a reivindicar mais autonomia e não praticar a que já é de direito das regiões autónomas”.

Para Alberto Martins, “é de toda a vantagem para a Madeira que seja transposto para os estatutos aquilo que foi alteração constitucional”.

Tratar-se, segundo afirmou, de uma “boa oportunidade para repensar a ideia e propósito de haver uma iniciativa para a revisão do estatuto

político administrativo”, porque “todo o dia que passa é uma perda de maior amplitude e autonomia”.

Antes, durante o encontro que manteve com o presidente da Assembleia Legislativa Regional, Alberto Martins transmitiu as questões essenciais tratadas no Funchal nas reuniões de trabalho realizadas entre a direcção da bancada socialista e os deputados do PS/Madeira, dando conta também do vasto processo legislativo em marcha na Assembleia da República e que tem a ver com diversas matérias, entre as quais a lei das incompatibilidades e impedimen-

tos dos deputados, discutida no passado dia 7 (ver texto na página 13).

O líder da bancada socialista insistiu no facto da excepção de que gozam os parlamentares madeirenses, ao não serem abrangidos pelo regime de incompatibilidades e impedimentos vigentes na Assembleia da República, ser uma questão que urge resolver.

“Esta é uma exigência política essencial, urgente, e vamos dar resposta, assegurou, advogando que “a República deve ser entendida como um todo”.

Estas palavras de Alberto Martins

resumiram a mensagem que fez passar durante a visita de dois dias da direcção do GP/PS à Região Autónoma da Madeira, em que os deputados socialistas na Assembleia Legislativa Regional e a direcção da bancada no Parlamento nacional mantiveram encontros pautados pela “solidariedade”.

No final destas reuniões de trabalho, Alberto Martins disse, em conferência de Imprensa, que os deputados do PS entendem haver “princípios nacionais estruturantes num Estado democrático que dizem respeito às regiões autónomas e que têm a ver com o conjunto de regras de articulação, defesa e salvaguarda dos interesses públicos e privados”, que devem ser, por sua vez, preservados “em nome da ética”, acrescentando que os socialistas da Madeira estão “disponíveis para rever o mais rapidamente possível o Estatuto Político Administrativo” de forma “harmoniosa”.

Recordando que nos Açores decidiram há muito estender aos seus políticos o regime em questão, o líder parlamentar, considerou ser imprescindível “tomar medidas, precisamente para preencher esta lacuna muito significativa na Madeira”, onde apenas os membros do Governo regional são abrangidos pela lei das incompatibilidades e impedimentos.

A este propósito, Alberto Martins criticou ainda o PSD madeirense por não ter definido o estatuto dos titulares de cargos políticos no projecto de revisão do estatuto Político Administrativo da Região.

Nas reuniões que decorreram nos dias 5 e 6 de Junho, os dois grupos parlamentares, nacional e regional, discutiram também os processos legislativos na Madeira e na República, bem como a reforma do sistema político que o PS quer realizar.

## A EXCEÇÃO DA MADEIRA

### Estatuto Político-Administrativo Actual

O Estatuto da Região Autónoma da Madeira limita-se a elencar os cargos com os quais é incompatível o mandato de deputado. Quanto aos impedimentos, é muito menos restritivo do que o regime jurídico aplicado aos órgãos de soberania no território continental e nos Açores.

### Incompatibilidades

Os cargos incompatíveis com o de deputado na Assembleia Legislativa Regional da Madeira são: Presidente da República, membro do Governo e representante da República, membro do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal, do Tribunal de Contas, do Conselho Superior de Magistratura e provedor de Justiça, deputado ao Parlamento Europeu e Assembleia da República, membro do Executivo Regional, embaixador, presidente ou vereador

de câmara a tempo inteiro, funcionário do Estado, da Região ou de outras pessoas colectivas de direito público, membro da CNE, dos conselhos de administração das empresas ou institutos públicos.

### Impedimentos

Os deputados madeirenses não podem exercer o mandato judicial em acções em que intervenha o Estado, servir de peritos ou árbitros a título remunerado em qualquer processo em que seja parte o Estado, as Regiões Autónomas, autarquias e demais pessoas colectivas de direito público, e integrar a administração de sociedades concessionárias de serviços públicos.

## TRANSPARÊNCIA SOCIALISTA

O PS propõe a aplicação em todo o território nacional, sem excepções, do

regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos estatuído na lei geral para titulares dos órgãos de soberania e ainda a criação de um “registo de interesses”.

### Incompatibilidades

Abrangem os titulares de cargos políticos (deputados e membros do Governo Regional) e altos cargos públicos (membros do conselho de administração de empresas públicas, ou maioritariamente participadas, e os directores regionais ou equiparados).

### Impedimentos

As empresas cujo capital seja detido numa percentagem superior a 10 por cento por um titular de cargo político ou público (ou o seu cônjuge, os seus ascendentes e descendentes em qualquer grau e colaterais até segundo grau) ficam impedidas de participar em concursos de

fornecimento de bens ou serviços, em contratos com o Estado ou Regiões Autónomas, autarquias e demais pessoas colectivas públicas. Veda aos deputados o mandato judicial em acções que intervenha o estado, alargando também à Regiões Autónomas, autarquias ou suas associações públicas.

### Registo de Interesses

Os socialistas propõem a criação no Parlamento nacional e nas Assembleias Legislativas Regionais, bem como nas autarquias da região, de um registo de interesses do qual devem constar as actividades públicas ou privadas dos deputados, incluindo comerciais e empresariais ou profissionais, o desempenho de cargos sociais, os benefícios financeiros e materiais recebidos para o exercício dessas actividades; sociedades em cujo capital é titular de parte ou do todo, por si, pelo cônjuge ou pelos filhos.



# Sócrates apela ao investimento da diáspora em Portugal



## FRANÇA

UM APELO ao investimento dos empresários franceses e luso-descendentes em Portugal foi lançado em Paris pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que sublinhou os sinais de “restabelecimento da confiança” na economia do país.

“Este é o momento em que Portugal está a evoluir e sedento de investimentos estrangeiros”, afirmou José Sócrates, no encerramento do Fórum dos Empre-

sários e Gestores Portugueses e Luso-Descendentes em França.

O chefe do Governo lembrou o crescimento de 1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) português no primeiro trimestre deste ano, face a igual período de 2005.

Estes resultados da economia, segundo José Sócrates, significam que “a confiança está a regressar a Portugal” e desmentem a ideia de pessimismo no país.

O primeiro-ministro lembrou ainda que Portugal vai viver “um

longo período de estabilidade” até à realização das próximas eleições legislativas, em 2009.

“Temos o caminho traçado a modernização a todos os níveis”, disse, salientando que o Governo, desde que tomou posse há cerca de ano e meio, já lançou várias reformas, nomeadamente na segurança social, justiça e educação.

Por tudo isto, concluiu Sócrates, os empresários luso-descendentes devem investir em Portugal, “não por sentimentalismo, mas porque dá dinheiro”.

# Mais apoios para emigrantes carenciados

O GOVERNO português aumentará em breve o apoio às organizações de solidariedade social e aos emigrantes mais carenciados, anunciou o ministro da Justiça, Alberto Costa, num discurso comemorativo do Dia de Portugal, em Pretória, na África do Sul.

Alberto Costa disse que o esforço adicional que o Executivo socialista pretende fazer junto das comunidades vem na senda dos “primeiros efeitos positivos sentidos na economia portuguesa e nas finanças públicas, resultantes das reformas lançadas pelo Governo”.

Essas reformas, frisou, “implicaram sacrifícios, mas já estão a dar resultados”.

Salientando que os problemas da economia portuguesa “não se vão resolver de um ano para o outro”, Alberto Costa garantiu à comunidade portuguesa da África do Sul que Portugal está salvo da estagnação em que ameaçava mergulhar.

E acrescentou que apesar das

dificuldades económicas e financeiras do país, o Governo será sempre “uma retaguarda segura” para aqueles que vivem e trabalham fora de Portugal.

O anúncio de um futuro aumento do apoio social aos emigrantes carenciados foi recebido com aplausos pelos presentes na cerimónia, que pediram a Alberto Costa uma acção mais empenhada do Executivo de José Sócrates no apoio aos que, na África do Sul, são vítimas da criminalidade e da exclusão social.

O ministro da Justiça apelou para uma maior participação cívica da comunidade residente na África do Sul, saudando a enorme contribuição que ela dá à economia e à sociedade em geral.

Alberto Costa salientou que o Governo português continua fortemente empenhado na negociação de um acordo bilateral na área da segurança social com a África do Sul e reiterou a importância do acordo

bilateral na área da cooperação policial que, disse, está a finalmente a ser aplicado com sucesso.

O governante, que recordou ter ocupado já a pasta da Administração Interna nos executivos de António Guterres, referiu que o acordo permitirá “uma cooperação mais estreita entre as potenciais vítimas do crime e as autoridades locais”.

Durante a sua estada na África do Sul, Alberto Costa teve a oportunidade de se deslocar à Associação da Comunidade Portuguesa (ACPP), Casa Social da Madeira e Casa do Porto de Pretória, de visitar o monumento a Bartolomeu Dias e de manter encontros com jovens estudantes luso-descendentes e com a comunidade e dirigentes locais na embaixada de Portugal.

Alberto Costa presidiu ainda ao jantar oficial do Dia de Portugal no Núcleo de Arte e Cultura, uma das associações comunitárias de Joanesburgo.

# Ética republicana exige uniformidade nas incompatibilidades

**PS exige maior transparência e responsabilização dos deputados no exercício de actividades paralelas públicas ou privadas**

O PARTIDO Socialista quer pôr fim ao regime de excepção único que se vive na Madeira em matéria de incompatibilidades e impedimentos aos titulares de cargos públicos e instituir um registo exaustivo de interesses dos deputados, por forma a imprimir mais transparência no exercício do mandato parlamentar.

Durante a discussão do projecto de lei do GP/PS, que se realizou no passado dia 7, no Parlamento, o líder da bancada socialista disse ser inaceitável “haver uma República a duas velocidades em termos de exigências éticas”, referindo-se ao caso de excepção que se vive há três décadas na Região Autónoma da Madeira em matéria de incompatibilidades.

Já o vice-presidente da bancada socialista Vitalino Canas, numa alusão à polémica criada à volta do registo de interesses proposto pelo PS, acusou os partidos à nossa esquerda de quererem “apertar a malha para que cidadãos que exercem as suas profissões não o possam continuar a fazer”, constituindo isto, no limite, algo que descreveu

como “uma caça às bruxas”.

Na proposta do PS são introduzidos “mecanismos de transparência para melhorar o registo de interesses”, frisou.

Assim, à semelhança do que fazem os membros do Governo no Tribunal Constitucional, os deputados deverão indicar na Assembleia da República os cargos e funções, públicas e privadas, exercidas nos últimos três anos ou as que exercem cumulativamente com o mandato parlamentar.

Têm igualmente que revelar a sua participação noutras entidades sem contudo desrespeitar os limites impostos pelo sigilo profissional que vincula, por exemplo, médicos, advogados, entre outros profissionais liberais.

O diploma socialista “não pode entrar em contradição com o sigilo profissional”, esclareceu Vitalino, assegurando que com esta iniciativa a bancada do PS jamais pretendeu violar nenhum dever deste género, que tem consagração legal.

Vitalino Canas adiantou ainda em plenário que o novo regime de incompatibilidades e impedimentos proposto pela bancada socialista só será aplicado na próxima legislatura, assumindo igualmente que, tal como no caso da substituição dos deputados, as novas regras “não serão retroactivas, nem vão aplicar-se aos parlamentares eleitos”. **M.R.**



# PS vai alterar regime de sanções

## LEI DA PARIDADE

AINDA nesta sessão legislativa, o PS vai avançar com a Lei da Paridade, mas retirando a rejeição das listas que não cumprirem a regra de um terço de mulheres, propondo apenas sanções pecuniárias aos partidos que não a cumprirem.

Segundo o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, o PS vai apenas introduzir alterações no artigo referente ao regime sancionatório, que considera estar na base do veto do Presidente da República, Cavaco Silva, e da devolução do diploma ao Parlamento.

“Ficou decidido hoje (8 de Junho) na reunião do grupo parlamentar que vamos alterar a lei na parte da sanção, de forma a responder às dúvidas do Presidente da República”,

disse Alberto Martins.

O presidente do grupo parlamentar sustentou ainda que a leitura conjunta do regimento da Assembleia da República e da Constituição permite ao PS levar a plenário, ainda nesta sessão legislativa, uma alteração à lei vetada por Belém sem ser obrigatória a aprovação por dois terços dos deputados. Tal só aconteceria, adiantou, se o PS entendesse fazer aprovar a lei na sua formulação original.

Referindo a última edição da Constituição anotada de Jorge Miranda e Rui Medeiros, sustentada por acórdãos do Tribunal Constitucional no mesmo sentido, Alberto Martins sublinha que “se o decreto for aprovado por qualquer maioria e se forem aprovadas propostas de alteração, o decreto considerar-se-á reformulado”.

OPINIÃO



**FÁTIMA PIMENTA**  
Presidente do Departamento  
Federativo das Mulheres  
Socialistas, Viana do Castelo

*A proporção  
de mulheres  
doutoradas  
é muito  
importante,  
com 56 por  
cento do  
universo  
português,  
ocupando o  
sexto lugar na  
UE a 25*

## União Europeia quer mais mulheres na investigação científica

AS EMPRESAS ganham mais em aplicar as competências das mulheres investigadoras que empregam. Esta é uma das conclusões de um relatório sobre as mulheres nos domínios científico e técnico (Women in science and technology - WiST), apresentado em 15 de Maio, numa conferência organizada em Viena, pela presidência austríaca da União Europeia e a Comissão Europeia. Este estudo foi efectuado num período de 12 meses em diversas multinacionais. O objectivo do relatório é o de estudar que tipo de acções poderiam ser empreendidas para atrair mais mulheres para o sector da indústria.

Diz a Comissão Europeia que a indústria tem um papel-chave na investigação, no desenvolvimento e na inovação em toda a Europa. O sector privado representa mais de metade da investigação europeia, mas somente 18 por cento dos investigadores na indústria são mulheres, e as suas hipóteses de progredir para lugares de enquadramento, entenda-se, de chefia, são mínimas.

Desde 2001, a iniciativa As Mulheres na Investigação Industrial (WIR) procura corrigir este desequilíbrio e levar a indústria europeia a apreciar os méritos de uma aproximação mais equitativa na investigação.

Trata-se de uma aproximação tanto mais importante quanto a circunstância de os objectivos da Estratégia de Lisboa para uma economia baseada no conhecimento vão exigir milhares de investigadores nos anos futuros.

O relatório WIR procura analisar e melhorar o papel e a participação das mulheres na investigação industrial. A Comissão Europeia aconselha os Estados-membros e a indústria a tomar iniciativas para apoiar as mulheres cientistas que trabalham na indústria.

O Relatório SHE Figures 2006, editado pela Direcção-Geral da Investigação e Desenvolvimento da Comissão Europeia, identifica um grande número de dados referentes à mulher neste sector.

Assim, neste domínio e consultados os dados referentes a Portugal, o nosso país é um exemplo a seguir quanto à feminização deste sector.

A proporção de mulheres doutoradas é muito importante, com 56 por cento do universo português, ocupando o sexto lugar na UE a 25. A média europeia é de 43 por cento. De sublinhar que os cinco outros Estados mais bem posicionados são do Leste europeu e Chipre. Portugal ocupa, por isso, uma posição cimeira que convém destacar. Portugal não ocupa o fundo da tabela como em outros sectores.

Em Portugal, no campo da investigação, 44 por cento são mulheres, contra os 29 por cento da média europeia, sendo que aqui, também, o nosso país marca pontos.

No ensino superior, somos o quarto Estado membro com maior percentagem de investigadoras: 46 por cento, quando na UE a 25 esse valor ascende aos 35 por cento. Nos centros de investigação do sector público, as mulheres dominam com 56 por cento dos investigadores, somos o segundo país com melhores resultados, depois da Estónia (60 por cento) e muito à frente da média europeia: 35 por cento.

No sector empresarial, as mulheres também marcam pontos, com 30 por cento de investigadoras, ocupando o oitavo lugar na UE a 25, com média de 18 por cento.

Em 2003, Portugal dispunha de um universo de 16 mil investigadoras e 19.900 investigadores.

Olhando para estes dados poderemos ficar orgulhosos das nossas investigadoras e do seu papel na construção de um país mais próspero e mais solidário.

A partilha entre homens e mulheres na construção do futuro torná-lo-á seguramente mais igualitário, porque ambas as metades que compõem a humanidade caminham lado a lado.

## Igualdade é uma questão de cidadania

**Tomada de posse dos órgãos dirigentes do departamento federativo de mulheres da FAUL marcado por espírito de combate e participação**

MARY RODRIGUES

DAR mais visibilidade às mulheres aos níveis local e nacional e promover uma reflexão sobre a igualdade de género enquanto questão de cidadania são os desafios que todas e cada uma das mulheres socialistas e, muito particularmente, as dirigentes dos departamentos federativos do nosso partido, terão como desígnio imediato. Esta a ideia central da intervenção da camarada Maria Manuela Augusto, presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), por ocasião da tomada de posse dos órgãos dirigentes da estrutura feminina da FAUL.

No dia em que a recentemente eleita Jesuína Ribeiro sucedeu nas funções de liderança do departamento federativo de mulheres de Lisboa a camarada Susana Amador, Maria Manuela Augusto considerou fundamental que o género feminino assumisse protagonismo nos cenários políticos, tanto locais como nacionais, para que “os nomes de mulheres possam saltar à memória de quem tem o poder de nomear pessoas para cargos públicos”.

“Ao nível das Áreas Metropolitanas, por maioria de razões, é preciso pensar e agir estrategicamente e é nesse papel que o departamento federativo de mulheres deve desempenhar um protagonismo essencial na apresentação de propostas, projectos e soluções”, disse a presidente do DNMS, para quem a equipa liderada pela “guerreira” Jesuína Rebelo dá, desde já, garantias de um trabalho neste sentido com qualidade.

Adiantando que uma vez concluído o processo eleitoral nos departamentos federativos de mulheres haverá um encontro de reflexão de todas as presidentes, representantes de organizações internacionais de mulheres, Maria Manuela Augusto apontou metas para o futuro, colocando a tónica nos momentos-chave que se aproximam.

A avaliação do segundo Plano Nacional para a Igualdade e preparação do terceiro, com medidas concretas, bem como a presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, são oportunidades importantes que não podem passar em branco.

“Temos que saber aquilo que queremos e fazer propostas concretas”.

A terminar, Manuela Augusto lamentou o veto presidencial à lei da paridade, manifestando-se perplexa com esta decisão cuja justificação – considerou – deixou muito a desejar.



### Jesuína Ribeiro pede unidade pela igualdade

A presidente eleita do departamento federativo de mulheres da FAUL, no seu discurso de tomada de posse, criticou também a atitude conservadora de Cavaco Silva, centrando-se, porém, nos compromissos que a sua direcção assume perante as militantes que as elegeram.

“Queremos manifestar a nossa determinação e lançar o desafio de transformar o nosso departamento federativo num exemplo vivo de uma organização social que aprende com os bons exemplos anteriores e que é capaz de se envolver num processo de aprendizagem colectiva”, afirmou, determinada, Jesuína Ribeiro, para quem a questão essencial da militância socialista no feminino passa por “saber se teremos capacidade, força e coragem para ajudar a construir novas políticas de promoção da igualdade, centradas na concretização das medidas definidas no Programa eleitoral do partido e no Programa de Governo”.

Reconhecendo que a actual conjuntura não facilita esta tarefa, a líder do departamento de mulheres da FAUL apelou à militância activa de mais homens e mulheres, considerando que a unidade no seio do PS é um valor a preservar com zelo.

Numa intervenção em que abordou temas tão importantes como o envolvimento do departamento federativo no debate nacional em defesa da interrupção voluntária da gravidez, o reforço da intervenção partidária, a dinamização de acções para uma maior participação das mulheres na vida política, o apoio ao acesso das mulheres às novas tecnologias e à sociedade da informação e a participação activa no feminino no quadro dos próximos desafios internacionais na área da igualdade, Jesuína Ribeiro manifestou-se disposta a trabalhar com todas e todos os camaradas no combate a uma certa “autofagia

que parece alimentar alguns quadrantes da sociedade”.

### Ventos sopram pela paridade

A abrir o leque de intervenções, a eurodeputada socialista Edite Estrela afirmou-se convicta de que estão criadas as condições e há vontade política para que a luta pela igualdade dê frutos concretos.

“Mas precisamos batalhar diariamente contra os preconceitos, os estereótipos e uma outra força conservadora que não compreende que os ventos sopram no sentido da paridade”, afirmou a que é hoje a primeira vice-presidente para a Igualdade no Parlamento Europeu, em tom crítico, referindo-se ao veto presidencial do projecto socialista sobre esta matéria.

Também a deputada Celeste Correia e mandatária da candidatura de Jesuína Ribeiro à presidência do departamento federativo de mulheres da FAUL apontou para o perfil conservador do Presidente da República como mais um factor de manutenção do “statu quo”, considerando que “Cavaco se esqueceu de que são precisamente as leis que aceleram os costumes”.

Neste contexto – frisou – “o primeiro desafio importante de todas as novas dirigentes dos 19 departamentos federativos será captar mais votos femininos que recusam os extremos”.

No encerramento da cerimónia de tomada de posse da presidente Jesuína Ribeiro e restantes órgãos dirigentes eleitos, uma sessão em que estiveram presentes representantes da Organização de Mulheres de Angola das Mulheres de Cabo Verde e o secretário de Estado da Educação, o presidente da FAUL fez chegar uma mensagem de “força e encorajamento” às novas dirigentes do departamento pela voz da camarada Custódia Fernandes.

Joaquim Raposo confirmou estar “aberto a todas as iniciativas do departamento federativo”.



## Santos Silva alerta sobre preconceitos persistentes contra igualdade

“CONVICTO defensor” das quotas mínimas de participação de mulheres na vida política, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, defendeu que a aplicação destas deve ser limitada exclusivamente a lugares de representação, como os do Parlamento, e não de nomeação, como é o caso do Governo.

“Um primeiro-ministro deve gozar de toda a liberdade para a nomeação da sua equipa governativa”, declarou Santos Silva ao falar sobre as questões relativas à paridade, no encerramento do debate sobre “As mulheres, a política e os media: influências da opinião publicada na opinião pública”, promovido pelo Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), no passado dia 17, no Porto.

Na ocasião, o governante considerou também que o aumento do número de mulheres em “lugares de visibilidade”, como a Assembleia da República, aumentará naturalmente a probabilidade de uma mulher ser escolhida para um lugar de nomeação.

O ministro observou ainda que as questões da igualdade têm sido “favorecidas” pelo espaço político-mediático, frisando a importância de se perceber que, muito embora a opinião publicada não determine o comportamento dos (e)leitores, ela define agendas, colocando temas na ordem do dia e dando-lhes enquadramentos.

“Temos de influenciar a opinião publicada, não pelo que ela determina, mas porque influencia a maneira como os problemas são colocados e definidos”, reafirmou, referindo-se, de seguida, ao que classificou como dois estereótipos “persistentes” na actualidade que deslegitimam a questão da igualdade de género.

Um deles – explicou – associa a condição feminina à beleza, originando que muitas vezes a visão das mulheres seja procurada para áreas onde se lhes admite maior conhecimento ou sensibilidade (cultura e educação, por exemplo).



Todavia, para Santos Silva, a influência da mulher vai muito além disto, acrescentando que um dos principais contributos do olhar feminino nas democracias modernas passa pela politização de problemas que antes estavam fora da esfera política (igualdade de género, movimentos ecologistas, cultura e costumes).

O segundo preconceito que se mantém no presente e que é “um dos mais perigosos que existem na vida pública”, segundo o ministro, prende-se com o “politicamente correcto”.

“Alguns dos nossos comentadores enunciam os seus velhos preconceitos numa lógica de espelho invertido”, isto é, afirmam-se pela “total igualdade” e contra “o fundamentalismo feminino”, exemplificou.

Já a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto colocou a tónica da sua intervenção na defesa categórica da aplicação “urgente” da Lei da Paridade – que obriga os partidos a incluir um mínimo de um terço de candidatos de cada género nas listas para as eleições legislativas, autárquicas e europeias.

Recorde-se que este diploma foi aprovado, no Parlamento, a 20 de Abril, sendo posteriormente alvo de veto presidencial, pelo que, após a sua revisão por parte do PS, voltará a ser discutido no hemiciclo de São Bento no dia 5 de Julho.

“Queremos ver isto resolvido urgentemente”, exigiu a líder das mulheres do PS, para quem a consagração legal da paridade é “fundamental para mudar as mentalidades e práticas”. M.R.

## Deputados abrem espaço de atendimento aos eleitores

### ALGARVE

Com o objectivo de uma maior aproximação aos eleitores, os deputados do PS/Algarve inauguraram um espaço de atendimento na Travessa da Trindade, junto ao Largo Pé da Cruz, em Faro, que contou com a presença do líder parlamentar socialista, Alberto Martins.

Segundo a deputada socialista eleita pelo círculo do Algarve, Aldemira Pinho, o novo espaço “irá permitir aos deputados ter um contacto mais estreito, mais fácil

e regular com os cidadãos eleitores, auscultando os seus anseios e problemas”.

Aldemira Pinho adiantou ainda que o espaço funcionará todos os dias úteis, das 10 às 12h30 e das 15 às 18h, sendo que às segundas-feiras os deputados estarão presentes no local para receber os cidadãos.

Presente na cerimónia de inauguração, o líder da bancada socialista, Alberto Martins, salientou o carácter “pioneiro” da iniciativa, prometendo dar todo o apoio aos deputados socialistas do Algarve.

## PS/Rio de Janeiro organiza festa com 800 jovens

FORAM cerca de 800 os jovens, grande parte deles luso-descendentes, que participaram na I “Luso Night”, que contou com o apoio e o impulso da Secção do PS do Rio de Janeiro, liderada por António Marques.

Com este tipo de iniciativas, o PS do Rio pretende chamar a atenção dos jovens luso-descendentes para a importância da actividade política em prol da comunidade e, particularmente, para as acções que têm vindo a ser desenvolvidas pelo partido no âmbito social e cívico.

“Foi uma festa magnífica que serviu para aproximar mais os jovens luso-descendentes do Rio das actividades que estamos a desenvolver e da mensagem que queremos passar”, disse António Marques.

Na sequência deste encontro, que reuniu jovens de todos os bairros do Rio de Janeiro ao som dos mais



diversos ritmos e lhes permitiu confraternizar informalmente, ficou em perspectiva a possibilidade de se realizar outro tipo de iniciativas, especialmente viradas para as questões que interessam e preocupam jovens, como fóruns de discussão sobre a ligação a Portugal dos luso-

descendentes, a cultura, a educação e a formação profissional.

Os jovens que participaram na “Luso Night” serão no futuro contactados para participarem noutra tipo de iniciativas no âmbito do movimento associativo de luso-descendentes.

## Socialistas congratulam-se com plano funcional do novo hospital de Lamego

A HOMOLOGAÇÃO do plano funcional do novo hospital de proximidade de Lamego, concretizada no Ministério da Saúde, na presença de todos os presidentes de câmara da Associação de Municípios do Douro Sul, foi saudada pela Federação do PS/Viseu.

Segundo sublinhou o líder desta estrutura socialista, José Junqueiro, trata-se de um equipamento reivindicado há décadas pelas populações, no qual o Governo se está a empenhar, “cumprindo até por antecipação os prazos previstos,

honrando assim os seus compromissos políticos a tempo e horas”.

Quanto às críticas do PSD, segundo as quais estamos perante “apenas uma espécie de dentro de saúde melhorado”, o presidente da Federação afirmou ao “Acção Socialista” que o maior partido da oposição “foi incapaz durante os seus governos de criar uma nova unidade hospitalar em Lamego”, tentando agora, “em desespero de causa, negar o que é uma evidência”.

O hospital de proximidade de

Lamego prevê a prestação dos serviços de urgência básica, consultas externas diferenciadas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, cirurgia de ambulatório geral, unidade de dia e de serviço domiciliário e cuidados continuados de convalescença.

Integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, o novo hospital terá uma área útil superior a nove mil metros quadrados, num investimento total de 37 milhões de euros.

## “Os partidos políticos e a cidadania” em debate

### CONCELHIA DO PS/COIMBRA

O PROGRESSIVO alheamento da sociedade em relação à política é uma realidade que deverá merecer uma reflexão por parte dos partidos, em especial do PS. Este o alerta lançado pela deputada socialista Maria Antónia Almeida Santos no debate “Os partidos políticos e a cidadania”, uma iniciativa promovida pela Concelhia do PS/Coimbra.

A deputada socialista sublinhou ainda que a globalização, bem como as novas realidades tecnológicas

e científicas, constituem desafios a que os partidos devem estar atentos.

Já Reis Marques, líder da bancada do PS na Assembleia Municipal de Coimbra, defendeu a necessidade de motivar os cidadãos para a actividade política, incluindo a militância nos partidos, salientando ainda, noutra passo da sua intervenção, que o desenvolvimento económico não pode ser feito à custa da diminuição dos direitos sociais.

Outro dos oradores convidados

do debate, o camarada Vassalo de Abreu, da Comissão Política da Federação de Coimbra, apontou as agências de comunicação e marketing, dada a sua natureza empresarial, como um dos factores de afastamento dos cidadãos em relação à política.

Luís Vilar, o reeleito presidente da Concelhia de Coimbra, que abriu e encerrou o debate, sustentou que a política é demasiado importante para estar só nas mãos dos políticos, pelo que apelou à participação dos cidadãos.

## PS/Setúbal promove debate sobre reforma da Segurança Social

NUMA iniciativa da Federação do PS de Setúbal vai realizar-se no próximo dia 28 de Junho, pelas 21 horas, no cine-teatro Charlot, um debate sobre a reforma da Segurança Social, que contará com a presença do ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Vieira da Silva.



Entretanto, a Federação liderada pelo camarada Vítor Ramalho organiza dia 21, na sua sede, um debate destinado aos militantes professores, em que participou o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos. O estatuto da carreira docente e a educação em geral foram os temas em discussão.

## OPINIÃO



**MARCOS SÁ**  
Deputado  
msa@ps.parlamento.pt

*Há bem pouco tempo, eu próprio estava com muitas dúvidas relativamente ao fecho de alguns blocos de parto. Mais precisamente até ao dia em que a direcção do Grupo Parlamentar do PS decidiu (e bem!) organizar uma conferência intitulada "Maternidade em segurança" com a presença dos elementos da Comissão Nacional de Saúde Materno e Neonatal.*

## Maus e bons exemplos

**JUSTIÇA 1.** Nos últimos tempos tem existido um braço-de-ferro jurídico por causa do fecho da maternidade de Elvas. Há bem pouco tempo, eu próprio estava com muitas dúvidas relativamente ao fecho de alguns blocos de parto. Mais precisamente até ao dia em que a direcção do Grupo Parlamentar do PS decidi (e bem!) organizar uma conferência intitulada "Maternidade em segurança" com a presença dos elementos da Comissão Nacional de Saúde Materno e Neonatal. Os factos e os argumentos foram tão claros que me tornei imediatamente num defensor, informado e consciente, da boa iniciativa do Ministério da Saúde.

A questão que está agora em cima da mesa já não é relativa aos argumentos, mas sim à separação de poderes – o Governo não se envolve no que compete à justiça, e a justiça não trata de assuntos que são competência do Governo. Não se percebe por isso qual o motivo que levou um juiz a aceitar uma providência cautelar que visava unicamente impedir a realização de uma decisão política do Governo. Esta novidade judicial começa a ser preocupante e pode pôr em causa qualquer reforma que o Governo entenda por bem fazer!

**JUSTIÇA 2.** Recentemente fiquei chocado com uma notícia publicada pelo Jornal "O Público" intitulada "Juizes recusam nacionalidade a quem não sabe o hino". O caso referia-se a uma indiana, casada com um português desde 1996, mãe de dois filhos nascidos em território nacional, com habitação própria e empresária em duas sociedades comerciais. Segundo a notícia, a senhora não obteve a nacionalidade portuguesa porque não provou "a sua ligação efectiva à comunidade nacional". E como teria ela que provar a sua ligação efectiva? Segundo a mesma notícia, com conhecimentos de história, cultura e política portuguesa. Tudo isto aconteceu porque o artigo 3º da lei da nacionalidade diz: "O estrangeiro casado há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração feita na constância do matrimónio", que se complementa a seguir com a necessidade de ser o requerente a fazer prova da efectiva ligação à comunidade nacional. Casar, viver, ter filhos, investir e pagar impostos em Portugal pelos vistos não são prova!? Haja bom senso!

**ECONOMIA.** Tributação pesada, custos de vida elevada e um considerável sector público. A despesa pública é cerca de 50 por cento do PIB e o Estado está sempre omnipresente. Refiro-me, claro, a características económicas de países nórdicos.

Apesar desta realidade, no Relatório Global de Competitividade do Fórum Económico Mundial a Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suíça aparecem posicionados nos primeiros dez lugares do "ranking" e estão a deixar para trás as grandes economias da zona euro ao nível do crescimento, ao qual associam uma taxa de desemprego baixíssima.

Factor de curiosidade para este sucesso é que estes países têm economias abertas e pequenas. No seu conjunto, estas cinco nações têm cerca de 25 milhões de habitantes – o que representa menos população que a nossa vizinha Espanha.

Nos inícios dos anos 90 a realidade destes países era outra: uma séria crise financeira, alta taxa desemprego e descontrolo das finanças públicas.

Os motores da competitividade destes países são a tecnologia, a ciência, a capacidade empresarial e o empreendedorismo, as finanças, a logística e a educação. O Governo do PS tem que apostar cada vez mais nestes factores de sucesso e as empresas nacionais têm que revolucionar de vez a sua cultura: recrutarem verdadeiros líderes e excelentes gestores, procurarem cativar colaboradores com verdadeiro espírito crítico, apostarem nas novas tecnologias e na formação, transformarem-se em organizações horizontais, e distinguirem-se com boas práticas sociais e ambientais.

Portugal encontra-se hoje numa situação complexa, mas tem que encarar como uma verdadeira oportunidade e ganhar o desafio com o empenho de todos os portugueses. Objectivamente, não serão os nórdicos a acreditar em Portugal por nós...

## Reafirmada aposta em ciência investigação e desenvolvimento

O GOVERNO vai aumentar em 50 por cento as verbas do Orçamento de Estado de 2007 na área da ciência, investigação e desenvolvimento, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na inauguração do novo centro de inovação da Siemens, em Alfragide.

José Sócrates, que se encontrava acompanhado pelos ministros da Economia, Manuel Pinho, e do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, lembrou que o Governo "tem reduzida margem de manobra" para investir, em consequência da obrigação de cumprir junto da União Europeia as metas constantes no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Por isso, explicou, "as apostas orçamentais terão de ser mais minuciosas. Em 2007, no próximo Orçamento do Estado, a aposta que vamos fazer, e que será criteriosa, é na ciência, na investigação e no desenvolvimento, o maior de sempre num só ano".

E sustentou que "esse esforço do Governo tem de constituir uma alavanca para que o investimento privado aumente também em investigação e desenvolvimento".

Na sua intervenção, o primeiro-ministro elogiou ainda a política de ligação da Siemens com as universidades portuguesas, em particular com a de Aveiro.

"Nos próximos anos, grande parte dos esforços públicos serão orientados para que se crie escala e dimensão ao nível da investigação realizada em Portugal, através da melhoria das ligações entre as universidades, os laboratórios de investigação e as empresas", disse.

Antes do seu discurso, o primeiro-ministro visitou as instalações da Siemens e inaugurou o novo centro de



inovação mundial desta alemã, um investimento avaliado em cerca de 23 milhões de euros e que vai empregar cerca de 400 engenheiros.

O lançamento deste laboratório dedicar-se-á totalmente à exportação num universo de 200 operado-

res e vai permitir desenhar arquitecturas inovadoras com recurso a tecnologias de ponta, que farão parte do mundo das tecnologias de informação e em especial do sector das telecomunicações nos próximos cinco a 10 anos.

## Sócrates quer autarquias com mais responsabilidades nas áreas sociais

A definição de novas áreas, nomeadamente sociais, em que as autarquias podem assumir responsabilidades actualmente imputadas ao Governo, foi defendida pelo primeiro-ministro em Resende, onde inaugurou o museu, as piscinas e o auditório municipal.

José Sócrates considerou que há áreas que as câmaras respondem melhor e de forma mais eficiente às necessidades do país.

"Há políticas sociais que, de tão excessivamente centralizadas, são ineficientes, e beneficiam pelo facto de serem executadas por quem está mais próximo", disse.

E lembrou, a propósito, um "exemplo de grande sucesso" na área da Educação, relativamente ao ensino de inglês no primeiro

ciclo de ensino básico, do qual "praticamente todas as crianças" do país já beneficiam.

"O Governo dá a orientação e os recursos financeiros e as câmaras executam. Porque não estendermos este bom exemplo a outras áreas?", questionou, acrescentando que o mesmo poderá acontecer no desporto e na música.

Numa altura em que se comemoram os 30 anos do poder local, o primeiro-ministro defendeu que Governo e autarquias devem "sentar-se à mesa e definir novas áreas onde as câmaras podem fazer melhor que o Governo".

"Não apenas na educação, mas nas áreas sociais, como por exemplo o apoio ao idoso, que ganha se for feito por quem está mais próximo, por quem conhece as pessoas uma a uma", acrescentou.

Nestes casos, frisou, não deve haver uma solução ao nível nacional, "igual para todos, como se não houvesse diferenças entre o concelho da Amadora e o concelho de Resende".

Segundo José Sócrates, a passagem de determinadas áreas para a responsabilidade das câmaras acontece "em benefício das pessoas", mas também para dar "um outro impulso e ambição ao poder local".

O primeiro-ministro disse ainda que a sua visita a Resende, um concelho da região do Douro Sul, no Norte do distrito de Viseu, serviu para mostrar um exemplo do esforço das autarquias na melhoria da qualidade de vida das suas populações. "O país precisa das suas câmaras municipais hoje mais que no passado", salientou.



# AR quer trabalhar mais de perto na construção europeia

O DEPUTADO socialista Armando França apresentou no Parlamento o relatório sobre a apreciação e acompanhamento deste órgão de soberania da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia (UE), um documento que foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Europeus.

Desta declaração fez ainda parte uma apreciação, igualmente aprovada por unanimidade, sobre o regime de designação de membros para órgãos da UE, com excepção da Comissão, do Parlamento, do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social.

Com a apresentação deste trabalho, defendeu Armando França, procura-se reproduzir a atenção e o labor dedicados a esta importante e complexa matéria pelos parlamentares e pelos técnicos especializados da Assembleia da República ao longo das VII, VIII, IX e X legislatura, sendo que vicissitudes institucionais várias impediram, até ao momento, como sublinhou o deputado do PS, “a conclusão de um desejado quadro normativo.”

Como lembrou durante a sua intervenção, é antiga a preocupação dos deputados”, de todos sem ex-



cepção”, de dotarem a Assembleia da República e a comissão especializada em assuntos europeus, de um instrumento legal que reforce as competências parlamentares em matéria de escrutínio da acção europeia, facto que, na sua

perspectiva, revela a importância que a informação e o debate sobre questões europeias se reveste para o Parlamento.

Todos os grupos parlamentares, recordou ainda Armando França, têm vindo a demonstrar, ao longo

das sucessivas legislaturas, um forte interesse e uma vontade política de intervir normativamente sobre esta matéria, de forma a ajudar e a contribuir para diagnosticar e corrigir o que consideram ser o deficiente acompanhamento

político e normativo das matérias da UE por parte da Assembleia da República.

Reconhecendo as diferenças “processuais e substantivas” entre os projectos de lei apresentados sobre esta matéria pelos diversos partidos políticos com assento parlamentar, Armando França não deixa de assinalar, contudo, que o mais importante “são os aspectos que todos têm em comum”.

E entre as semelhanças detectadas pelo deputado socialista e responsável pela apresentação deste relatório, destaque, entre outros aspectos, para o facto de todos os partidos constatarem a existência de um défice de acompanhamento do processo de construção europeia por parte da Assembleia da República e dos seus parlamentares, assim como é comum todos valorizarem, nas suas propostas, o papel fundamental que poderá constituir a informação dirigida à Assembleia da República por parte do Governo. Unanimidade também para que o Governo antes e depois dos Conselhos Europeus vá ao Parlamento explicar e elucidar os deputados sobre os trabalhos e as decisões tomadas nos órgãos comunitários. R.S.A.

## Porto vai receber congresso dos socialistas europeus

A CIDADE do Porto, por decisão do presidente do Partido Socialista Europeu (PSE), Poul Rasmussen, vai acolher em Dezembro o próximo congresso do Partido dos Socialistas Europeus.

Para José Sócrates, esta cimeira afigura-se da máxima importância, aguardando o primeiro-ministro português que ela sirva de referência e de orientação para os partidos socialistas europeus.

O anúncio e o local desta iniciativa foram tornados públicos em Bruxelas, numa conferência de imprensa realizada após o encontro que habitualmente antecede a cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia (EU).

O primeiro-ministro português disse na ocasião que aguarda com expectativa a realização desta reunião, que terá lugar na cidade do Porto nos dias 7 e 8 de Dezembro, destacando as três principais preocupações que de momento exigem maior atenção por parte dos líderes socialistas europeus.

Começando por recordar que Portugal vai deter a presidência da União Europeia no segundo semestre de 2007, Sócrates, que foi um dos líderes que participaram nesta conferência de imprensa, evocou as prioridades com que, na sua perspectiva, as próximas três presidências da UE se devem confrontar.

Desde logo, com o necessário crescimento económico, assunto que nos últimos anos tem vindo a constituir um dos principais problemas com que os diversos governos da



União Europeia se tem debatido, mas também encarar de frente aquilo que classificou como o impasse constitucional, em virtude, nomeadamente do chumbo por parte da França e da Holanda do texto constitucional europeu e finalmente encontrar as soluções para o problema relacionado com o futuro alargamento da União.

Para os representantes dos três partidos socialistas europeus presentes na conferência de imprensa, Portugal, Alemanha e Finlândia, o compromisso é de tudo fazer no sentido de resolver estes problemas que na sua opinião se afiguram básicos tendo em vista o futuro

imediatamente da Europa.

Quanto ao Tratado Constitucional, o primeiro-ministro português, defendeu que o futuro documento deve ter como base o actual texto, entretanto rejeitado por franceses e holandeses, afirmando que devem ser procuradas todas as saídas para uma solução política que una a Europa, insistindo que a “base para essa evolução não deverá fugir ao actual tratado”, até porque, lembrou, este documento “já foi assinado por outros países” o que na opinião de José Sócrates, “deve portanto servir de referência para a negociação que se avizinha”. R.S.A.

## XXIV Assembleia da União Interparlamentar

**Rosa Albernaz eleita representante do Grupo Geopolítico da Europa**

Na XXIV Assembleia da União Interparlamentar, que decorreu em Nairobi, no Quênia, a deputada socialista Rosa Albernaz foi eleita representante do Grupo Geopolítico da Europa, no Bureau da Comissão Mundial dos Direitos Humanos.

Em plenário foi aceite a candidatura de Rosa Albernaz por unanimidade e aclamação, tendo o presidente, Jay-Kun-Yoo, da República da Coreia, sublinhado que contava com a “colaboração activa” que a deputada Socialista sempre demonstrou.

Nesta reunião esteve em discussão um ponto de urgência, proposto pelo Quênia, sobre “a necessidade de ajuda alimentar de emergência para o combate à fome e pobreza causadas pela seca em África”.

As deputadas socialistas Rosa Albernaz e Leonor Coutinho foram as relatoras deste documento aprovado em plenário, por unanimidade, no qual se defende a necessidade de apoio alimentar de urgência das nações mais industrializadas para os países africanos assolados com graves situações de fome e pobreza.

No documento é feito ainda um apelo aos países desenvolvidos para que eliminem progressivamente todas as formas de subvenção de exportações agrícolas e que abram os seus mercados aos países mais pobres.

# Secretariados federativos recém-eleitos

**Após os congressos federativos, teve lugar a eleição dos órgãos dirigentes destas estruturas. O “Acção Socialista” publica a composição dos respectivos Secretariados federativos, à excepção do da Guarda, cuja eleição está agendada para o próximo dia 26 de Junho.**

## SECRETARIADOS DAS FEDERAÇÕES

### AVEIRO

Afonso Candal (presidente da Federação)  
Ana Maria Silva  
Antero Gaspar  
Catarina Rodrigues  
Gonçalo Fonseca  
Hélder Simões  
Henrique Ferreira  
Humberto Rocha  
Joana Capela  
Júlio Penetra  
Luís Neto  
Manuel São Bento  
Mariana Franco  
Óscar Gaspar  
Pedro Pilreira Oliveira  
Regina Fontes

### BAIXO ALENTEJO

Luís Ameixa (presidente da Federação)  
António Loução  
Arlindo Costa Carlos Calhau  
Fernando Romba  
Francisco Orelha  
Hélder Guerreiro  
Joana Palminha  
João Fragoso  
José Lança  
José Fernando  
José Guerra José Carias  
José Nicolau  
Noel Farinha  
Rui Sousa Santos  
António Gatinho  
Romana Romão

### BRAGA

Joaquim Barreto (presidente da Federação)  
Alfredo Teixeira  
Amadeu Portilha  
Ana Paula Costa  
Ana Paula Morais  
António Pinto  
António Ramalho  
Artur Lopes Carlos Mendes  
Maria do Carmo Antunes  
Jaime Silva  
Laurentino Regado  
Palmira Maciel  
Ricardo Gonçalves  
Rui Xavier  
Teresa Elsa Costa  
Paula Oliveira  
Lúcio Pinto  
Fernanda Dias  
Nuno Barreto  
Miguel Laranjeiro

### BRAGANÇA

Mota Andrade (presidente da Federação)  
Américo Pereira  
António Júlio Relhas  
António Rodrigues Vieira  
Bruno Viriato Veloso  
Carlos Alberto Guerra  
Fernando Paula  
Fernando Rodrigues  
Fernando Calado  
Francisco António C Pires  
Gracinda Fátima Peixoto  
Maria Goretti Carneiro  
Raul Ferreira  
Teresa Barreira

### CASTELO BRANCO

Joaquim Mourão (presidente da Federação)  
João Nuno Carvalhinho  
Cristina Granada  
José Sanches Pires

João José Cristóvão

António Dias Lopes  
Vitor Cavalheiro  
João Dionísio  
Miguel Nascimento  
Hortense Martins  
Vitor Pereira  
Telma Madaleno

### COIMBRA

Victor Baptista (presidente da Federação)  
Jorge Bento  
Ângela Pinto Correia  
Vitor Manuel Camarinho  
Carlos Ângelo Monteiro  
Isabel Ventura  
Manuel Antão  
Jorge Cosme  
Catarina Lopes  
Américo Figueiredo  
Luís Carlos Pinto  
Sandra Silva  
Paulo Penedos  
Luís Santarino Fernandes  
Aída Bicho  
Hildeberto Teixeira

### EVORA

Norberto Patinha (presidente da Federação)  
Agostinho Asper Banha  
Ana Maria Duarte  
Andreia Margarida Fernandes  
Domingos Fernandes Cordeiro  
Elsa Lopes  
Fernanda Ramos  
Henrique Troncho  
José Bravo Nico  
Carlos Zorrinho  
Capoulas Santos  
Maria Nazaré Lança  
Maria Rosa Catita  
Martinho Murteira  
Paula Nobre Deus  
Rui Manuel Rosado

### FARO

Miguel Freitas (presidente da Federação)  
Sérgio Viana  
Maria José Mestre  
Álvaro Araújo  
Fernando Anastácio  
Sónia Melo  
Telma Leonardo  
Paulo Neves  
António Porfírio Maia  
Nídia Amaro  
Isabel Guerreiro  
Rui Lourenço  
Joaquim Castelão Rodrigues

### FAUL

Joaquim Raposo (presidente da Federação)  
João Serrano  
Maria da Luz Rosinha  
Carlos Teixeira  
Dalila Araújo  
Joaquim Ramos  
Ramos Preto  
Custódia Fernandes  
Vasco Franco  
Marcos Sá  
Sérgio Paiva  
Alexandre Sargento  
Marta Rebelo  
Filipe Costa  
Cunha Alves  
Jesuína Ribeiro  
Manuel Lage

### FRO

José Manuel Custódio (presidente da Federação)  
Augusto Salgueiro  
Edite Antunes  
Jorge Manuel Riso  
José António Costa Tomé  
José Manuel Correia  
José Manuel Gonçalves  
Manuel João Guiomar  
Maria João Botelho  
Mário Fernando Lopes  
Rui José Prudêncio

### GUARDA

A Federação da Guarda vai eleger no próximo dia 26 de Junho o seu Secretariado.

### LEIRIA

João Paulo Pedrosa (presidente da Federação)  
Teresa Coelho Marques  
Carlos Branco Tomás  
Alzira Henriques  
Virgílio David  
Ana Paula Noivo  
Serafim Silva  
João Vasconcelos  
Teresa Alexandra Pedro  
Adelino Mendes  
Jorge Gabriel Martins  
Gonçalo Lopes  
Carlos Alberto Silva  
José Maria Faria  
Rui Manuel Alexandre  
Tiago Gonçalves  
João Alvim  
Isabel Gonçalves

### PORTALEGRE

António José Ceia da Silva (presidente da Federação)  
Albano Silva  
António Francisco Realinho  
António Maria Chaparro  
Arménio Mendes Toscano  
Catarina Dias  
Francisco Manuel Fonenga  
Isabel Raminhas  
José Luís Pina  
Jorge Manuel Martins de Jesus  
José Corria da Luz  
Luís David Testa  
Maria da Conceição Grilo  
Maria da Piedade Murta  
Rui Guerreiro Simplício

### PORTO

Renato Sampaio (presidente da Federação)  
Afonso Lobão  
Alcino Lopes  
Ana Maria Ferreira  
André Ferreira  
Artur Penedos  
Bruno Almeida  
Fernando de Jesus  
Fernando Miranda  
Gloria Araújo  
Isabel Santos  
João Paulo Santos  
José Luís Catarino  
José Manuel Ribeiro  
Manuel Pizarro  
Otilia Areal

### SANTARÉM

António Rodrigues (presidente da Federação)  
Ana Azinhaga  
Bruno Medinas  
Carlos Silva  
Fátima Duarte

Fernanda Maurício  
Fernando Pratas  
João Heitor  
João Lérias  
João Sequeira  
José Luís Cruz  
Luís Ferreira  
Manuel Afonso  
Sandra Vitorino  
Virgínia Mena Esteves

### SETÚBAL

Vitor Ramalho (presidente da Federação)  
Alexandre Rosa  
Amílcar Romano  
Ana Vasconcelos  
Carlos Trindade  
Euridice Pereira  
José Inocêncio  
José Capelo  
Luís Gunelha  
Maria de Lurdes Cunha  
Teresa Almeida  
Mauro Félix  
Pedro Marques  
Rui de Carvalho  
Sofia Conde Cabral

### VIANA DO CASTELO

António Rui Solheiro (presidente da Federação)  
António Pereira Júnior  
José Moreira  
José Luís Rodrigues  
António Vassalo Abreu  
Fernando Pereira Cabodeiro  
Rosalina Martins  
Dora Maria Cruz  
António Montenegro Fiúza  
Maria da Conceição Soares  
Lucinda Araújo  
Pedro Soares  
Maria de Fátima Pimenta

### VILA REAL

Rui Santos (presidente da Federação)  
António Gonçalves Lopes  
Ema Gonçalves  
Francisco Rocha  
Humberto Cerqueira  
Jorge Almeida  
José Alberto Araújo  
José António Mendes  
José João Bianchi  
Luís Azevedo  
Maria Clara Guerra  
Maria Helena Rodrigues  
Nuno Vaz Ribeiro  
Paula Cristina Barros  
Paulo Pomar  
Rui Crespo

### VISEU

José Junqueiro (presidente da Federação)  
Maria da Conceição Matos  
Alcídio Faustino  
Ana Paula Madeira  
Luís Manuel Pereira  
Inácia Azevedo  
José Cruz  
Maria Olímpia Rodrigues  
José Manuel Pinto  
Maria Dulce Pereira  
Nuno Magno  
Alcina Saraiva  
João de Melo  
Miriam Loureiro  
Luís Filipe Nunes



## OPINIÃO

JOAQUIM JORGE  
VEIGUINHA

*Incapaz de aceitar a derrota no terreno, a lista B, conotada com a ala estalinista do PCP, pretende pôr em causa os resultados democraticamente apurados.*

## PCP encena golpe no SPGL

NO PASSADO dia 6 de Junho a lista A defensora do pluralismo democrático no interior do movimento sindical, apesar de ter perdido a Direcção Regional de Lisboa, venceu as eleições para a Direcção Central do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), a máxima estrutura dirigente do maior sindicato de professores do país, com uma vantagem de 127 votos. A lista A venceu também todas as outras direcções regionais – Setúbal, Santarém e Oeste –, bem como nove zonas das regiões e, por margens esmagadoras, as quatro áreas académicas do Ensino Superior.

Incapaz de aceitar a derrota no terreno, a lista B, conotada com a ala estalinista do PCP, pretende pôr em causa os resultados democraticamente apurados. Esta lista, depois de uma campanha eleitoral onde se destacaram calúnias vergonhosas a alguns dirigentes da lista A e a utilização do aparelho partidário e sindical do PCP no apoio aos seus candidatos, decidiu apresentar um recurso à Mesa da Assembleia Geral (MAG) com o objectivo de serem anulados os votos por correspondência que chegaram

um número significativo de votos.

Todo o processo de recolha e contabilização dos votos por correspondência foi transparente e democrático. Incapaz de ganhar no terreno umas eleições para a quais mobilizou em força o seu aparelho organizado, a lista B e a ala ortodoxa do PCP querem inviabilizar a vitória da lista A, convocando, ao que tudo indica, uma Assembleia Geral onde algumas centenas de sócios poderão pôr em causa a decisão dos milhares de votantes que elegeram os candidatos à Direcção Central do SPGL. A razão desta tentativa de golpe estalinista é por demais clara. Em 2 de Fevereiro deste ano, os sócios do SPGL aprovaram numa Assembleia Geral descentralizada a revisão de estatutos deste sindicato de professores. Apesar de tentar impedir que os milhares de sócios se pronunciassem sobre as propostas de revisão de estatutos através da convocação de uma Assembleia Geral onde estiveram presentes menos de cem pessoas, a corrente ortodoxa do PCP do SPGL nunca pôde aceitar os princípios do pluralismo democrático que a revisão de estatutos consagrou.



à sede e delegações do SPGL para serem contabilizados. De acordo com os estatutos deste sindicato de professores, mesmo que o recurso seja indeferido pela MAG, poderá ser convocada uma Assembleia Geral de Sócios pelos seus proponentes oito dias depois do seu recebimento.

Para fundamentar o seu recurso a lista B utilizou o argumento de que os votos por correspondência não eram estatutariamente válidos, apesar dos seus representantes sempre terem participado na metodologia que expressamente previa este tipo de votação, e que foi aprovada em Assembleia Geral de Delegados Sindicais por 68 votos contra 2. Perante os atrasos resultantes da greve dos CTT, a MAG, com a concordância da Comissão Eleitoral e de todas as listas concorrentes, mandou publicar em vários jornais anúncios pagos em que se sugeria que os votos por correspondência não fossem enviados pelo correio, pois correriam o risco de chegarem atrasados. De facto, esta medida revelou-se correcta, já que cerca de 200 boletins de voto não puderam ser contabilizados por terem chegado fora do prazo estatutariamente previsto. Todos os outros foram escrutinados na sede do SPGL, com a presença dos representantes da lista B que também participaram na recolha directa de

Entre estes destacam-se o reconhecimento da existência de diversas correntes de opinião que poderão reunir nas instalações do sindicato e requerer apoio dos seus serviços, a possibilidade de uma lista poder concorrer a uma ou mais direcções regionais sem que seja obrigada a concorrer à Direcção Central, a constituição de um Conselho Geral com funções consultivas onde estão representadas as diversas correntes de opinião do SPGL e a formação de áreas académicas que consagram a autonomia e a especificidade do sector do ensino superior.

A viabilização do recurso interposto pela lista B numa Assembleia Geral de Sócios será uma vitória dos que não olham a meios para atingir os seus fins, não hesitando mesmo em destruir e despedaçar o maior sindicato dos professores do país se não conseguirem controlá-lo, pois têm medo da democracia e põem o interesse particular exclusivo da sua direcção partidária acima do interesse comum dos professores. Os sócios do SPGL que prezam a democracia terão que dar uma resposta inequívoca contra este assalto da ortodoxia do PCP ao seu sindicato. O que está em jogo não é apenas um sindicato de professores, mas o reforço e o alargamento do movimento sindical democrático em Portugal.

## OPINIÃO

CARLOS  
ALBUQUERQUE

*É absurda a afirmação do presidente da Associação Nacional de Municípios quando declara que as autarquias não contribuem para o défice orçamental, ou quando se insurge contra a decisão governamental de criar sanções para as autarquias, por via da aplicação de cortes nas transferências do Estado, que não cumpram os limites legais estabelecidos para as rubricas de endividamento e de despesas com o pessoal*

## A nova realidade das autarquias locais

O APLAUSO unânime da sociedade portuguesa em relação ao Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) está directamente relacionado com a necessidade sentida por todos desta “reforma” e com o pragmatismo conceptual conducente à sua implementação. De que sobreleva uma clara definição de objectivos, a saber:

- Modernizar e Racionalizar a Administração Central;
- Melhorar a Qualidade de Serviços prestados aos Cidadãos pela Administração;
- Colocar a Administração Central mais próxima e dialogante com o Cidadão.

Sendo que para a prossecução dos mesmos, definiu-se um conjunto de linhas estratégicas de acção, das quais destaque aquela que visa reforçar a proximidade aos Cidadãos quer através de processos de desconcentração e descentralização físicas, quer através de novos canais de comunicação e prestação de serviços que possibilitem respostas/soluções locais para carências estruturais há muito identificadas.

Isto significa que ao quadro de atribuições e competências das autarquias locais, que abrange os serviços de interesse geral (satisfação das necessidades das comunidades locais, i.e.: abastecimento público, saneamento básico), desenvolvimento socio-económico, ordenamento do território, saúde, educação, acção social, cultura, ambiente, desporto, etc....juntar-se-ão, decorrentes da aplicação do princípio da subsidiariedade, novas competências de natureza essencialmente executiva ou prestadora de serviços, em matérias de gestão, de investimento, de fiscalização e de licenciamento, que serão descentralizadas, via PRACE, para os municípios ou mesmo, em certas circunstâncias, para as freguesias.

Assim, face ao novo quadro (mais alargado) de competências e atribuições das autarquias terão que corresponder (nos casos devidamente justificados e comprovados) os respectivos meios humanos, materiais e financeiros, que permitam fazer face às novas responsabilidades. Contribuindo, também, este facto para um crescendo das expectativas em torno da revisão da Lei das Finanças Locais, e concretamente em que medida esta irá potenciar o sucesso de uma efectiva desconcentração e descentralização da Administração Central para a Administração Local.

Todavia, se por um lado os municípios nunca recusaram a investidura de mais responsabilidades, por outro em determinadas e pontuais situações, o cabal exercício das mesmas não implica necessariamente mais dinheiro, funcionários ou equipamentos.

Pelo que é absurda a afirmação do presidente da Associação Nacional de Municípios, quando declara que as autarquias não contribuem para o défice orçamental, ou quando se insurge contra a decisão governamental de criar sanções para as autarquias, por via da aplicação de cortes nas transferências do Estado (Fundo Geral Municipal; Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Financiamento de Freguesias), que não cumpram os limites legais estabelecidos para as rubricas de endividamento e de despesas com o pessoal.

Ora, se tivermos em consideração o escopo e principal missão do grupo de trabalho responsável pela revisão da Lei das Finanças Locais, de que se salienta: reformar o sistema de financiamento das autarquias (que visa essencialmente tornar os municípios menos dependentes das receitas oriundas da construção civil); definir um novo regime legal dos poderes tributários a exercer pelos municípios (por exemplo, passar a cobrar o IRS e emitir obrigações); incorporar alterações na estrutura do financiamento local resultantes da Reforma da Tributação do Património e da evolução previsível das receitas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT); obrigatoriedade das contas das autarquias serem auditadas por um Revisor Oficial de Contas; acabar com o rateio decorrente da capacidade de endividamento municipal líquido do conjunto dos municípios..., no mínimo, poder-se-á asseverar que haverá uma verdadeira “revolução” no poder autárquico, contrariando-se o velho hábito luso de que “é preciso que tudo mude para que tudo fique na mesma” (Tomasi de Lampedusa, “O Leopardo”).

## Universidades obrigadas a revelar taxas de empregabilidade das licenciaturas

### ENSINO SUPERIOR

A PARTIR do próximo concurso de acesso ao ensino superior, as universidades vão ter de informar os alunos e as famílias sobre a taxa de empregabilidade das suas licenciaturas nos últimos anos. O anúncio foi feito pelo ministro Mariano Gago, numa sessão de perguntas ao Governo de âmbito sectorial, na Assembleia da República.

“Essa informação tem de ser transparente e estar disponível para que os pais, as famílias dos alunos que entram no ensino superior saibam qual foi o destino nos primeiros anos de vida profissional dos anteriores alunos”, afirmou o titular da pasta da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

E adiantou que “já há instituições que seguem atentamente a vida dos seus diplomados durante alguns anos”, como acontece, por exemplo, nos países anglo-saxónicos.

Para Mariano Gago, o facto de os estabelecimentos do ensino superior passarem a ter obrigatoriamente de disponibilizar informação sobre as saídas profissionais dos cursos que ministram “tem a enorme vantagem de o país, as famílias e os alunos saberem qual foi o destino profissional dos alunos que por ali passaram”.

O ministro sublinhou ainda que “existem metodologias internacionais e utilizadas em muitos países” para organizar dados como “o primeiro emprego, a remuneração e os segundos empregos” dos licenciados, de forma exhaustiva ou por amostra, de cada instituição de ensino.

Por outro lado, Mariano Gago anunciou a intenção de rever o chamado regime de acesso especial ao ensino superior, considerando ser injusto que alunos com piores notas passem à frente de outros por pertencerem a contingentes especiais.

Segundo o ministro, “não pode haver estudantes que se esforçam por ter boas notas preteridos por outros pelo simples facto de pertencerem a um grupo especial, independentemente do seu sucesso escolar”.

Mariano Gago disse estar-se perante “um valor deseducativo, que é o da excepção contra a qualificação”, considerando “natural” que contingentes especiais existentes sejam vistos “como uma injustiça”.

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior prometeu ainda que o Governo vai promover o debate e apresentar uma proposta de reforma do modelo jurídico do ensino superior que dê maior autonomia às instituições

“Queremos que haja uma maior autonomia, responsabilidade e diferenciação das instituições. O actual modelo das universidades públicas, inseridas como estão na administração do Estado, já não serve o país”, disse.

# Nova lei das rendas aguarda aprovação do Parlamento

## OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS

O CONSELHO de Ministros aprovou um decreto-lei sobre o novo regime jurídico das obras em prédios arrendados.

O Governo quer que o parque habitacional arrendado, sobretudo aquele que se encontra num estado de conservação mais débil, sofra rapidamente obras de recuperação. Neste sentido, avança com diversos instrumentos que na perspectiva do Executivo vão possibilitar uma rápida e efectiva reabilitação do parque habitacional urbano.

A principal razão apontada para que inúmeros edifícios estejam hoje em estado avançado de degradação, principalmente nos centros urbanos mais importantes, prende-se com o facto, entre outros, de não ter existido até agora, e desde há muitas décadas, uma verdadeira política de actualização de rendas.

O Governo do Partido Socialista, atento a esta circunstância, tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas tendo em vista ajudar a solucionar este problema que tanto tem contribuído para a degradação dos nossos centros urbanos.

Das diversas decisões saídas do Conselho de Ministro destaque para o processo de actualização de rendas anteriores a 1990 que irá ficar, nesta fase, pendente de promulgação pelo Presidente da República, sendo que a nova lei do arrendamento, entretanto aprovada pelo Governo, entrará em vigor já no próximo dia 28 de Junho.

Mas para que tudo se venha a concretizar, e como refere o secretário de Estado da Administração Local, o Executivo aprovou, entre outras medidas, as bases jurídicas para a criação das Comissões Arbitrais Municipais (CAM), entidades que vão assumir-se como alternativa aos tribunais na resolução de eventuais conflitos e que terão igualmente a função de coordenar o processo de actualização das rendas, de modo a que tudo entre em funcionamento logo após a publicação dos diplomas, disse Eduardo Cabrita.

Segundo este responsável, os proprietários que tiverem actualizado nas Finanças o valor patrimonial dos seus imóveis podem dirigir-se às CAM, que se encarregarão do processo de revisão do valor da renda.

Recorde-se que os diplomas agora aprovados em Conselho de Ministros, dizem respeito não só às CAM, como também a obras em prédios arrendados, à determinação de rendimentos e atribuição de subsídios, entre outros aspectos que foram objecto de discussão com as associações e parceiros e que mereceram entretanto algumas alterações.

Entre as alterações concretizadas refira-se a possibilidade de, quando houver necessidade de intervenção estrutural num edifício, não só os arrendatários podem recorrer à compra das suas fracções ou às dos seus vizinhos, como também os restantes condóminos poderão fazer igualmente ofertas, iniciando-se deste modo uma licitação.

Estas preferências de compra só serão todavia



válidas, desde que o senhorio, primeiro, e as câmaras municipais, depois, não façam as obras nos prazos previstos que confirmam ao prédio um grau de conservação que a lei designa por “médio”.

Estabelecido fica também que o proprietário que resolver unilateralmente terminar com o arrendamento, em virtude de pretender efectuar obras profundas no imóvel, terá que pagar ao inquilino uma indemnização não inferior ao equivalente a dois anos de renda, neste caso só se o contrato for posterior a 1990.

Se foi anterior a esta data, o senhorio ou proprietário, terá que realojar o inquilino em condições análogas, ou, em caso de recusa deste, terá então que pagar uma indemnização equivalente a 24 salários mínimos nacionais.

### Rendimento anual bruto

Entretanto, o ministro da Administração Interna, António Costa e o secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, e responsável directo pelo Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), Eduardo Cabrita, anunciaram em conferência de imprensa, após a reunião do Conselho de Ministros, que o novo regime vem corrigir o conceito de rendimento bruto anual, medida que permitirá corrigir e levar em

linha de conta a soma total dos rendimentos anuais líquidos de todas as pessoas que vivam em comunhão de habitação com o arrendatário há mais de um ano, o que, diz o Governo, vem ao encontro dos desejos há muito manifestados pelos proprietários.

Como sublinhou António Costa, as novas regras vão permitir esclarecer uma situação que há muito se arrasta na sociedade portuguesa e que se relaciona com o facto provado em inúmeras situações de os inquilinos, por um lado, auferirem, de facto, rendimentos muito baixos mas, por outro lado, e simultaneamente, compartilhar a habitação com familiares ou com hóspedes que com eles coabitam há mais de um ano e cujos rendimentos se situam em patamares mais elevados.

Outra das medidas que o senhorios há muito reivindicam, e que o Governo responde agora afirmativamente neste conjunto de seis diplomas aprovados em Conselho de Ministros, respeita à exigência de passar a ficar explícito no contrato de arrendamento o registo civil do arrendatário, como forma de evitar aquilo a que designam por problemas na comunicação, algo, aliás, a que as novas regras obrigam, tendo em conta a mais recente definição de agregado familiar.

Segundo o ministro António Costa, esta é sem dúvida uma lei justa, feita a pensar “nos que mais precisam” e que vai permitir “assegurar uma transição suave para os cerca de 450 mil contratos de arrendamento antigos para valores de mercado”.

Para além de todas as medidas de justiça que a nova lei pretende introduzir, lembrou ainda o titular da Administração Interna e ministro responsável por esta área, pretende-se ainda que ela venha ajudar a uma mais eficaz reabilitação dos centros urbanos, tão debilitados em demasiados casos, uma vez que, como afirmou, o novo regime de arrendamento urbano “assenta na liberdade contratual, facto que será estimulante quer para inquilinos, quer para proprietários”. **R.S.A.**

## GOVERNO QUER MAIS ACTIVIDADE FÍSICA E DESPORTO PARA TODOS

O CONSELHO de Ministros aprovou as bases de uma proposta de lei que vai submeter à apreciação e aprovação da Assembleia da República relativa às políticas de desenvolvimento da actividade física e do desporto, na perspectiva da melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, bem como o apoio à prática desportiva regular e de alto rendimento.

Paralelamente a esta preocupação com a saúde e bem estar dos cidadãos, o Governo fez seguir para o Parlamento as normas do novo estatuto de utilidade pública desportiva das federações, que passa a compreender também obrigações que ficam sujeitas a avaliação periódica e a um controlo mais transparente.

Na proposta de lei agora aprovada em Conselho de Ministros, é consagrado um novo estatuto

de utilidade pública desportiva às federações, que passa, a partir de agora, a compreender a atribuição não apenas de direitos mas também de obrigações, sujeitas a avaliações periódicas e a controlo.

No que respeita às relações entre as federações desportivas e as ligas profissionais inseridas nas federações, o Governo defende através de uma proposta de lei novos aspectos, admitindo o conceito de Liga Profissional, que obrigatoriamente assumirá a forma de associação sem fins lucrativos, passando a poder englobar, não apenas os clubes e sociedades desportivas participantes das competições profissionais, mas também outros agentes desportivos, incluindo representantes dos praticantes e treinadores que participam nas competições. **R.S.A.**